

tempo e presença

Publicação do CEDI • Número 205 • Janeiro/fevereiro de 1986 • Cr\$ 6.000

1986

O que será amanhã?

Companheiros,

Que esse momento de Natal se eternize em nossas vidas, para que nossas vidas sejam sempre momentos de luz e esperança na luta. Sabemos que a paz está ameaçada em nosso mundo. Em nosso continente o imperialismo se mostra insensível ao desejo de paz de nosso povo. E é por tais razões que nos vimos obrigados a gritar ao mundo que basta de exploração do homem pelo homem; que chega de torturas, de violências contra os pobres. Queremos paz. Os povos latino-americanos se levantarão e nascerá a união que se faz necessária para nossa libertação.

Vamos crer no ano que se aproxima, vamos lutar para que a Justiça seja uma prática em nossos países, para que as lutas sejam dirigidas com os mesmos ideais, que a transformação da nossa sociedade seja completa.

Luiz Antonio Gabriel
Vila Nivi — SP

Prezados Senhores,

Solicitamos informações sobre todo o tipo de material disponível para que nos informemos seguramente a respeito da situação de nossos irmãos nicaraguenses, em todos os aspectos da luta desse povo, e também as formas de conseguí-los. Sejam eles sobre as conquistas no plano social (cruzada de alfabetização, reforma agrária etc.), a respeito da caminhada da FSLN ou a maneira através da qual o povo está repelindo a agressão dos contra-revolucionários. Contamos com vossa colaboração nesta luta para tirar nosso estudante da indiferença, provocada pela desinformação da "grande imprensa" em relação à luta de um povo a caminho de sua libertação, com reflexos em toda a América Latina.

Eder Lima

Coord. Pastoral da Juventude

Amigos do Cedi,

Desejo a vocês um Feliz Natal e um Ano Novo com muita força para continuar a luta com o povo que sofre porque é explorado.

Mara Marlene Gewehr
Cunha Porã — SC

Amigo Cedi,

1985 anos! Quem são os Herodes de hoje? Quem impede o pobre de viver? De morar? De plantar? Jesus desde seu primeiro Natal **arriscou a vida em**

protesto contra a injustiça, a falta de amor, a falta de paz. Que tal, neste ano novo, de eleição dos constituintes, todos os amigos assumirem juntos a posição de Jesus?

Lauriano Pinto dos Anjos
Coroatá — MA

Amigos,

Vou viajar para a Holanda e passar pelo menos seis anos lá. Gostaria de continuar recebendo a revista em meu novo endereço. Gostaria também de receber as publicações extras do CEDI. Obrigado, e tudo de bom para vocês, em sua missão.

Blandine Delsing
Asten (Holanda)

Caríssimos editores:

Paz e bem! É com estas palavras que gostaríamos de encontrar todos os que lutam e trabalham pelo bom andamento desta revista. Com satisfação registramos seu recebimento. Ficamos gratos por esta oportunidade de contato e queremos dizer que ele nos é muito enriquecedor.

Estudantes Passionistas de Ilha das Flores.
Vitória (ES).

Prezados Senhores:

Mais uma vez estou pedindo a assinatura desta revista. Há alguns meses repeti o pedido, incluindo na solicitação, de modo particular, a edição que tratou do "Caso Boff". Ainda não recebi resposta. Como fui assinante do CEI (Centro Ecu- mênico de Informação, antigo nome do CEDI), e vi nascer "Tempo e Presença" com muito orgulho, espero que desta vez tudo dê certo. Um abraço fraterno.

João Batista Campos
Belo Horizonte (MG)

Amigo CEDI:

Acusamos o recebimento da remessa de livros e da revista "Tempo e Presença", que nos foram doados. A pequena biblioteca da paróquia está sendo formada, e nossos jovens vão, aos poucos, se organizando como igreja; comunidade consciente do seu verdadeiro papel no mundo. Gratos.

Pedro Tomaz Pereira
Mairiporã (SP)

Amigo CEDI:

Prezados Senhores,

Temos em mãos a revista "Tempo e Presença", e por haver- mos constatado sua grande

aceitação, gostaríamos de nos tornar assinantes. Atenciosamente,

Isaura Pires de Camargo
Instituto Teológico de Lins (SP)

Prezados amigos,

Solicitamos o envio de 30 exemplares da revista "Tempo e Presença", n.º 201, de setembro passado. Atenciosamente,
Indalá Junquillo Freire
Coordenadoria Ecu- mênica de Serviços (CESE)
Salvador (BA)

Amigo Cedi,

Tive a agradável surpresa de receber o número de setembro da revista "Tempo e Presença", o qual, como quase sempre, julguei extraordinário. Quero felicitar Jether Ramalho pelo excelente e dramático artigo que escreveu sobre a dívida externa dos países do nosso continente. Também impressionou-me muito a afirmação relacionada com a criação da Ação Latino-americana. Parece-me que se trata de algo que pode chegar a ter grande transcendência e provocar um grande impacto. Imagino que "Tempo e Presença" continuará informando sobre a evolução da iniciativa.

Luiz Odell
Barcelona — Espanha

Srs. Editores,

Saúde e paz! Daqui de longe podemos perceber com clareza a importância de uma edição como "Tempo e Presença" a nos informar e unir nossos sentimentos dos ideais do Reino de Deus.

Lair Gomes de Oliveira
Anápolis — GO

Prezados Companheiros:

Sou estudante do 3.º ano de Teologia da Pontifícia Universidade Católica de Campinas e secretário da Coordenação Arquidiocesana de Pastoral. Embora não seja assinante da revista "Tempo e Presença", tenho me interessado muito por ela. Vi com especial interesse a edição de n.º 202, sobre o "Vaticano II e o Sinodo de Roma". Os artigos são excelentes para documentação e reflexão. Gostaria que me enviassem, por gentileza, esse número. Fraternalmente,

Cláudio Z. Menegazzi
Campinas (SP)

N. da R.: A revista Tempo e Presença agradece e retribui os cumprimentos recebidos de amigos e leitores na passagem do ano.

Revista mensal
do CEDI
Número 205
janeiro/fevereiro de 1985

CEDI Centro Ecu- mênico de Documentação e Informação

Rua Cosme Velho, 98, fundos
Telefone: 205-5197
22241 — Rio de Janeiro — RJ

Av. Higienópolis, 983
Telefone: 66-7273
01238 — São Paulo — SP

Conselho Editorial
Aloizio Mercadante Oliva
Heloiza de Souza Martins
José Oscar Beozzo
José Ricardo Ramalho
José Roberto Pereira Novaes
Pedro Pontual
Rubem Alves
Zwinglio Mota Dias

Editores
Dermi Azevedo
Jether Pereira Ramalho

Jornalista Responsável
Dermi Azevedo
Reg. prof. n.º 239

Secretário de Redação
Flavio Irala

Redatora
Rosa Eleutério

Produção Gráfica
Sérgio Alli

Diagramação e
Secretaria Gráfica
Marco Antonio Teixeira

Sagarana Editora Ltda.
Av. Nazaré Paulista, 146
sala 4
05448 — São Paulo - SP

Composição e Impressão
Cia. Editora Joruês

Errata: Na última edição de "Tempo e Presença", a de n.º 204, publicamos uma informação incorreta na página 14, na legenda que acompanha a ilustração da matéria "A mulher do ex-ministro". Diz, o texto, que o Concílio de Trento foi encerrado em 1953. A data certa é 1563. O Concílio Ecu- mênico de Trento foi o 19.º realizado pela Igreja Católica.

Preço do exemplar avulso:
Cr\$ 6.000

ÍNDICE

- Economia**
4 CONTER A INFLAÇÃO SERÁ A TAREFA MAIS DURA DO ANO
Rolf Kuntz
- Política**
5 ELEIÇÃO DA CONSTITUINTE, A GRANDE ATRAÇÃO POLÍTICA
Hamilton de Souza
Questão Agrária
- 6 A LUTA PELA TERRA
Sérgio Carlos Canova
Sindical
- 8 MOVIMENTO OPERÁRIO: BALANÇO E PERSPECTIVAS
Brasil
- 11 BRASIL: NUNCA MAIS O LIVRO DE NÃO FICÇÃO MAIS VENDIDO EM 1985
Jaime Wright
Direitos Humanos
- 14 O CASO NALDINHO E A DIFAMAÇÃO CONTRA OS DIREITOS HUMANOS
Agostinho Duarte de Oliveira
- 16 FOME: INFÂNCIA CONDENADA
Rosa Eleutério
- 20 VIOLÊNCIA NO ABC
Rosa Eleutério
- 23 CHACINA EM MARABÁ
África do Sul
- 25 BRANCOS E NEGROS EM PAZ
Igreja
- 27 O SÍNODO DOS BISPOS E A IGREJA, HOJE
Dermi Azevedo
Constituinte
- 29 OS TRABALHADORES E A CONSTITUINTE
- 31 OS PLANOS DA SOCIEDADE CIVIL PARA SER ESPAÇO NA CONSTITUINTE
Dermi Azevedo
Pastoral Protestante
- 32 NASCE EM PORTO ALEGRE UMA PASTORAL ECUMÊNICA DE PERIFERIA
Bíblia Hoje
- 34 DAS TRIPAS, CORAÇÃO
Evaldo Luis Pauly
Livros
- 35 QUANTAS VIDAS EU TIVESSE TANTAS EU DARIA
- 35 PENTECOSTAIS NO BRASIL UMA INTERPRETAÇÃO SÓCIO-RELIGIOSA
Poema
- 36 A MORTE DE NATIVO NATIVIDADE
Carlos Rodrigues Brandão

Um ano mais conflitivo

O ano de 1986 está começando sob o clima geral de incerteza, sobretudo no plano sócio-econômico, diante de uma inflação cada vez mais alta e do esvaziamento dos salários, agravando, ainda mais, as condições já tão precárias de vida dos trabalhadores. No plano político, já está deflagrada a corrida aos votos, em função das eleições de novembro, com uma Constituinte de antemão excludente e com uma ampla articulação das forças de direita, querendo repetir, a nível nacional, a vitória obtida em São Paulo, com Jânio Quadros. No momento, a bandeira pelas eleições diretas presidenciais parece estar sendo levantada exclusivamente pelo PT, enquanto forças políticas que participaram ativamente da campanha diretas-já — inclusive na sociedade civil — já defendem abertamente a tese da continuidade do mandato do presidente Sarney, somente delimitado pelo Congresso Constituinte.

Os artigos desta edição — indicando algumas perspectivas para 1986 — apontam na direção de um ano mais conflitivo que os anteriores seja no campo, seja na cidade. A questão agrária continuará sendo o principal espinho na garganta da chamada Nova República: forçosamente, o governo deverá tomar algumas iniciativas para reduzir o nível de violência contra os trabalhadores rurais e para diminuir o quadro de injustiças na estrutura agrária brasileira. Isto provocará ainda mais reações por parte dos latifundiários e empresários rurais, dispostos a todo tipo de atitudes para preservar suas propriedades, muitas vezes conseguidas às custas dos direitos — e sobretudo das vidas — de lavradores, posseiros e pequenos proprietários.

A conflitividade aumentará também, como a realidade está

indicando (por exemplo, na recente greve dos caminhoneiros) — a nível de trabalhadores ligados à produção nas cidades. Trata-se de tentar recuperar minimamente, recorrendo ao direito de greve, os prejuízos dos últimos 22 anos de restrições e sacrifícios impostos por um sistema elitista, excludente e a serviço de minorias dominantes.

Para conter esta mobilização de quem está por baixo, o governo continuará acenando com o pacto social. Pelas declarações que têm feito, nos últimos meses, os trabalhadores organizados indicam a sua preocupação com o caráter deste pacto, no qual se espera que haja mais concessões ainda por parte de quem já tanto concedeu. Todo pacto indica, evidentemente, concessões. Mas os sacrifícios dos operários, camponeses, profissionais do setor de serviços e amplos setores da classe média, têm sido tão grandes que dificilmente poderão aceitar mais sacrifícios. O contrário é válido, porém, para os que engordaram durante as duas últimas décadas, exatamente em função do modelo sócio-econômico implantado a partir de 1964 e que continua sem alterações fundamentais.

As Igrejas, por sua vez, incorporaram-se ao amplo debate político, social e econômico nacional. Procuram ver a sua responsabilidade específica, em nome da missão evangelizadora, neste contexto de conflitos. Um balanço dos pronunciamentos mais recentes, tanto do CONIC (Conselho Nacional de Igrejas Cristãs) quanto dos responsáveis pelas diversas confissões, indica essa preocupação de fundo, na dimensão Igreja/sociedade e na preocupação de serviço ao homem explorado.

Conter a inflação será a tarefa mais dura do ano



Protestos contra a escassez de alimentos e a alta do custo de vida.

Rolf Kuntz

O governo entra em 1986 com uma agenda especialmente complicada: garantir um crescimento econômico de 5 a 6%, assegurar de novo um superávit comercial da ordem de US\$ 11 bilhões, suficiente para pagar os juros da dívida externa, pôr em marcha os investimentos sociais prometidos pelo presidente José Sarney e impedir que a inflação saia dos trilhos e corra para a casa dos 300% ou mais. A meta mais difícil, por enquanto, é manter a alta de preços na faixa dos 230 a 240% ao ano. A seca não só reduzirá a produção de alimentos, neste verão, como ainda abrirá espaço para que os especuladores se aproveitem de uma situação já ruim para o abastecimento, impondo aos consumidores um sacrifício maior.

O ministro da Fazenda, Dilson Funaro, disse que o impacto maior sobre os preços já aconteceu e que, de agora em diante, os aumentos deverão ser mais suaves. Pode ser, uma vez que a especulação talvez tenha antecipado, em parte, as remarcações de preços dos alimentos. Mas só haverá alguma tranquilidade se o governo mostrar que está, de fato, importando os produtos necessários e que será capaz de colo-

cá-los no mercado em condições favoráveis aos consumidores. No caso de alguns produtos, não haverá mágica que resolva o problema de escassez: a oferta de feijão só deverá melhorar dentro de alguns meses, quando entrar a segunda safra, pois não se pode comprá-lo em quantidade expressiva no mercado internacional; e o café — é bom que nos conformemos — continuará com seus preços aquecidos por muito tempo, porque a próxima colheita será magra e os estoques são reduzidos.

Outro fator que pressionará os preços, este ano, será a política de reajustes dos bens e serviços produzidos pelo governo — como aço, derivados de petróleo, energia elétrica, água e comunicações. As autoridades tomarão cuidado, provavelmente, para evitar que os preços e tarifas cobrados pelo setor público tenham grandes efeitos inflacionários, mas sua margem de manobra será estreita, a menos que se disponham a aceitar um déficit público maior do que o projetado para 1986.

Com o agravamento das pressões inflacionárias, é inevitável que se volte a discutir o problema da indexação, isto é, da correção automática ou semi-automática de preços e de salários. O

tema vinha sendo muito debatido no início do ano passado, quando também se falava no risco de uma explosão dos preços, mas acabou mais ou menos esquecido. Embora facilite a convivência com a inflação, a indexação dificulta seu combate e, além disso, produz, ao menos no caso brasileiro, uma série de efeitos perversos. Por exemplo: uma crise momentânea no abastecimento de repolho acaba produzindo uma elevação nos juros por conta de um aumento passageiro dos preços das verduras.

Mexer no sistema de indexação, no entanto, é um trabalho arriscado, que um economista já comparou à desmontagem de uma bomba. Não se pode simplesmente eliminar de uma hora para outra as correções automáticas de salários, de preços, de câmbio e de aplicações financeiras. O problema é que haverá perdas mais ou menos graves para quem tiver tido seu último reajuste há mais tempo. Então, é preciso pensar num realinhamento de preços, salários, câmbio etc., para que o jogo recomece com todos em posição de igualdade. A partir daí, pode-se até pensar num congelamento temporário, como forma de combater a inflação. Mas é claro que, para se montar direitinho um esquema desses — ou para se desmontar a bomba da indexação — é preciso ou que haja um ato de força, contrário a tudo que se vem prometendo em nome da "Nova República", ou um acordo bem feito entre os vários grupos sociais. É um passo que tem de ser bem planejado, porque o realinhamento de preços e salários implica, de imediato, num enorme impacto inflacionário que terá de ser neutralizado em seguida. Enquanto enfrenta todas essas questões, o governo ainda tem de conduzir seus acertos com os credores externos e, provavelmente, com o Fundo Monetário Internacional. Não há acordo com o FMI desde 1984, mas, como as contas externas têm andado bem, o governo tem podido entender-se com os banqueiros e tocar a discussão para a frente. Se as exportações fraquejarem, perde-se também esse espaço de manobra.

Rolf Kuntz é jornalista especializado em Economia e trabalha na **Folha de S. Paulo**.

Eleição da Constituinte, a grande atração política

Hamilton de Souza

A grande atração política de 86 será mesmo a eleição da Constituinte. Não a Constituinte livre, exclusiva, mas a congressual, com todos os vícios e regrinhas para satisfazer os interesses do Palácio do Planalto e dos setores dominantes no Congresso Nacional. Para completar o espetáculo, a eleição de deputados e senadores constituintes vai coincidir com as eleições de governadores e deputados estaduais.

A corrida inclusive já começou. De norte a sul do país, os partidos políticos discutem os nomes de seus candidatos e os grupos econômicos montam suas bilionárias caixinhas para financiar as campanhas de seus afilhados. Mas uma vez, não é difícil prever, o marketing importará mais do que propostas e compromissos e o dinheiro se transformará no grande eleitor do ano. Mesmo porque, não há nada que impeça ou limite a força do poder econômico nesse jogo.

Para garantir sua participação na Constituinte, os setores populares e progressistas terão de fazer um esforço muito grande para eleger seus representantes e agitar, durante todo o ano, temas e bandeiras de seu interesse. Mesmo porque, apesar de a Consti-

tuinte ser a grande atração, pelo fato de ocorrerem ao mesmo tempo eleições estaduais, a tendência é do debate se regionalizar. Ou seja: a disputa pelos governos estaduais pode monopolizar as atenções, deixando para um segundo plano questões fundamentais para o povo brasileiro, as quais poderiam dar conteúdo diferente à Constituinte.

Interessa às classes dominantes e aos partidos conservadores camuflar ao máximo as propostas que têm para a futura Constituição. Como também não farão nenhum esforço para discutir em profundidade assuntos como a reforma agrária, o direito de propriedade, liberdade sindical, relações de trabalho e tantas outras questões que interessam às massas trabalhadoras e às camadas populares.

O que pode reverter em parte essa tendência à regionalização das eleições de 15 de novembro, é a campanha das diretas para presidente da República, ainda em gestação, na medida em que coloca de imediato dois ingredientes novos no debate: um é a importância dos temas nacionais no momento em que se quer eleger uma Constituinte e, outro, é o questionamento da legitimidade do mandato Sarney.

No entanto, a luta pelas diretas não aglutina mais as mesmas forças políti-

cas da campanha de 84, quando grandes multidões saíram às ruas e praticamente puseram abaixo o regime militar. Instalada no poder, pela via indireta, a Aliança Democrática (PMDB-PFL) quer manter o mandato transitório do presidente Sarney até 1988 e tudo fará para impedir qualquer alteração nos seus planos. Resta saber se o PT, PDT e outras forças pró-diretas terão respaldo popular para reativar a luta, ampliar o nível de consciência sobre a questão e pelo menos deixar acessa a idéia de que o País tem de eleger seu presidente, o mais urgente possível.

A eleição de governadores será também, sem a menor dúvida, uma grande atração em 86. Desde já, partidos e candidatos lançam-se afoitamente na disputa. E até agora não há nada de novo no panorama político dessa campanha e dessa eleição. De uma maneira geral, em todo o Brasil, o que se apresenta no momento é uma disputa entre o mais conservador e o menos conservador. O quadro poderá ser alterado, é claro, mas nada indica que as forças populares e progressistas avancem ao ponto de ganhar a maioria dos estados ou mesmo alguns estados importantes.

Ao contrário, o quadro atual mostra que São Paulo, o estado mais populoso e o mais poderoso economicamente, caminha para cair em mãos mais conservadoras, reunidas na coligação PTB-PFL. Se isso ocorrer, o bloco conservador (direita) estará realmente fortalecido para disputar posteriormente, com chances de vitória, a eleição direta para a Presidência da República.

Portanto, neste ano de 86, compete aos setores populares e progressistas (de esquerda), travar importantes lutas no campo político, a começar pelo alargamento do espaço democrático (revogação da Lei de Segurança Nacional e demais instrumentos da ditadura ainda em vigor), agitar as bandeiras das diretas e das reformas sociais, tentar conquistar o máximo de representação na Constituinte e ainda impedir que os governos estaduais sejam dominados pelas forças mais conservadoras.



Constituinte será congressual, e sua campanha, caríssima.

Hamilton de Souza é jornalista político da Folha de S. Paulo e professor universitário.

A luta pela terra

Sérgio Carlos Canova

Que se espera para 1986 no campo fundiário brasileiro? É uma indagação que tem uma resposta não muito difícil se olharmos rapidamente como é e como se manteve a estrutura fundiária brasileira ao longo dos séculos e o que de mais importante aconteceu em 1985 neste campo.

Primeiro — quanto à estrutura fundiária — é de conhecimento de todos que, sem exagero, “meia dúzia” controla quase todo o vasto território nacional enquanto, de outro lado, milhares de pequenos proprietários detêm poucos quilômetros dos 8 milhões e 512 mil quilômetros quadrados brasileiros e muitos outros milhões — estima-se em 12 — não têm nem um metro de terra.

É também de conhecimento de todos que esta estrutura fundiária injusta é mantida a ferro e fogo. É só lembrarmos os episódios de Canudos (Bahia, de 1896 a 1897), da Campanha do Contestado (Santa Catarina, de 1912 a 1915) e o golpe militar de 1964 para acabar com as “reformas de base” do governo João Goulart. Não é à toa que o escritor paulista Otávio Ianni resume que “a história do Brasil é a história da luta pela terra”. (É bom frisar que a “Nova República” é, em parte, resultado dessa estrutura fundiária).

Segundo — quanto ao que aconteceu em 1985 — destaque para o lançamento estrondoso do Plano Nacional de Reforma Agrária no 4.º Congresso

da CONTAG, em maio, em Brasília, com a presença de José Sarney. Do lançamento do Plano em maio à assinatura do Decreto da “Reforma Agrária” em outubro, se sucedeu uma violenta reação do latifúndio. O resultado desta reação foi mais de 160 lavradores e lideranças sindicais rurais assassinados impunemente em todo o País.

Em relação ao Decreto, também é de conhecimento geral que trata-se de uma iniciativa cuidadosamente elabo-

rada com o objetivo claro de impedir um projeto sério e massivo de Reforma Agrária, como deve ser um projeto desta natureza.

Após a assinatura do Decreto, as análises — da parte dos setores populares — era a de que o governo da “Nova República” não tinha força e nem vontade políticas para implantar a Reforma Agrária. O próprio José Sarney era citado como exemplo: tem suas origens no latifúndio e foi no seu governo que, no Maranhão, foram registradas as maiores grilagens nesse Estado.

Grilagens à parte, não é correto afirmar que a “Nova República” não tem força e nem vontade políticas para implantar a Reforma Agrária. Isto porque sendo o governo da Aliança Democrática dependente do capital internacional, ele não tem é **intenção** de fazer a Reforma Agrária. Exemplo: o contra-almirante Roberto Gama e Silva, ex-presidente do Grupo Executivo de Terras do Baixo-Amazonas (Gebam) denuncia em livro (a sair) que empresas multinacionais fraudando a legislação brasileira possuem áreas de minérios com 34.622.439 hectares, o equivalente ao território das duas alemanhas ou a dos Estados do Ceará, Paraíba, Pernambuco, Alagoas e Sergipe juntos.

Frente a este atentado à soberania nacional, temos o silêncio e a conivência do governo da Aliança Democrática. Temos o silêncio e a conivência também dos partidos que integram essa aliança e dos partidos que se dizem de oposição a ela. Temos, enfim, uma



Ocupação de terras em Abelardo Luz (SC).

atitude comum de qualquer governo do terceiro mundo subordinado e dependente do imperialismo. (É por isso que ninguém fala em utilizar essa imensa área para efeito de Reforma Agrária).

Analisando esse quadro, a conclusão a que se pode chegar é a de que pouco acontecerá no campo fundiário para 1986. Em resumo: as perspectivas não são muito boas. A única maneira de reverter este quadro está nos movimentos sindical e popular. Mas esses movimentos ainda não acumularam força suficiente para exigir uma Reforma Agrária de fato.

Na área sindical temos uma CONTAG que só fica no discurso e olhe lá. Uma CONTAG mais preocupada em manter o privilégio de seus diretores (a reeleição pela sétima vez de José Francisco mostra isso) do que organizar os trabalhadores a lutarem pela Reforma Agrária. Além do mais, a CONTAG se sente no governo e, por isso, apóia incontestemente a "Nova República".

Ainda na área sindical, temos um sindicalismo combativo incipiente que se traduz na consolidação da Central Única dos Trabalhadores no meio rural. A CUT, na realidade, tem força no meio urbano e nas suas mobilizações nesse meio não consegue estabelecer uma linha de integração entre as lutas dos trabalhadores urbanos e rurais para fazer avançar a luta pela terra.

No movimento popular, temos o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, uma articulação jovem, com menos de cinco anos, que se organiza a partir (e por dentro) da estrutura sindical. Foi o Movimento dos Sem Terra que, em 1985, fez a luta pela terra avançar um pouco ao realizar grandes ocupações. Exemplo: a ocupação da Fazenda Annoni, no Rio Grande do Sul, com mais de dez mil trabalhadores. Para fazer uma ocupação de tamanha envergadura, precisa-se de muita organização.

Mas a força acumulada pelos trabalhadores em suas diversas organizações ainda não é a necessária para as grandes mudanças que se quer. Essa força acumulada é, por enquanto, um tiro de espingarda contra um gigante (estrutura fundiária) que só pode ser derrubado com uma potente bazuca.

Um parêntese: o lamentável (e previsível) silêncio dos partidos frente à questão da Reforma Agrária. Nenhum deles se manifestou pública e oficialmente sobre o assunto, com exceção



Em outubro de 85, duas mil famílias ocuparam a fazenda Annoni no município de Sarandi, (RS)

do PT. Exceção esta insuficiente para alterar o rumo dos acontecimentos de 1985.

Apesar de tudo, haverá desapropriações em 1986, bem mais do que as registradas em 1985, mas longe de se chegar a algo parecido com um processo de Reforma Agrária. Os motivos são três:

1) As pressões populares, como as grandes manifestações e ocupações retomadas no ano passado e que prometem prosseguir em 86;

2) Devido ao ano eleitoral constituinte. Neste sentido, é válido lembrar as derrotas da Aliança Democrática em São Paulo, Rio de Janeiro, Recife, Porto Alegre, São Luís, Fortaleza e a vitória roubada em Goiânia. É bom lembrar também que será difícil convencer os trabalhadores rurais (que este ano lançarão seus próprios candidatos através de suas entidades e organizações) que o certo é a manutenção da Aliança Democrática com a existência de milhares de sem terra acampados à beira de estradas. Por tudo isso, a Aliança Democrática terá de tomar algumas medidas de "caráter social" para tentar ser majoritária na Constituinte. Aí entram as desapropriações com finalidades meramente eleitorais.

3) A pressão da Igreja pela Reforma Agrária. Em outubro, com a frustração da assinatura do Decreto, a Comissão

Episcopal Pastoral da CNBB lançou nota denunciando "o recuo do governo" e dizendo que apoiava "o Movimento dos Sem Terra em ocupar áreas cuja titulação não está bem definida". Para 1986, a CNBB lançará a Campanha da Fraternidade com o tema "Terra de Deus, Terra de Todos", numa clara alusão à necessidade de se distribuir a terra no Brasil. Se é certo que a "Nova República" não tem a intenção política de fazer a Reforma Agrária, é certo também que ela quer ter a Igreja senão de seu lado, pelo menos sem uma postura crítica. Aqui, uma vez mais, entram as desapropriações.

De qualquer forma, a única alternativa para as conquistas sociais foi e continua sendo a organização dos trabalhadores. No caso brasileiro, a organização dos trabalhadores (interrompida em 1964) recomeçou há pouco mais de sete anos com a abertura política conquistada pelos próprios trabalhadores. Portanto, não podemos querer mudar uma estrutura fundiária secular como a nossa, da noite para o dia, sem que os reais interessados estejam plenamente organizados.

Sérgio Carlos Canova é um dos editores do "Jornal dos Trabalhadores Sem Terra" publicação mensal do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

Movimento operário: balanço e perspectivas

Aloizio Mercadante Oliva

A HEGEMONIA DA CUT

O levantamento inicial dos dados e o balanço político do movimento sindical em 1985 demonstram duas tendências extremamente significativas e importantes: de um lado, uma **tendência ao ascenso das lutas**, sendo que 1985 foi o ano de maior volume de greves da história recente do país, aproximadamente 600 greves, com mudanças de qualidade relevantes nas grandes campanhas salariais. Destas, mais de 450 foram dirigidas, planejadas, articuladas ou apoiadas diretamente pela CUT — Central Única dos Trabalhadores, revelando uma característica marcante desta nova etapa do movimento: a **hegemonia política da CUT**. Esta perspectiva de hegemonia da CUT não é revelada apenas pela presença sindical nos movimentos grevistas ou nas primeiras páginas dos jornais e noticiários, mas também pela conquista de novas entidades nas eleições sindicais (uma média de 5 a 7 sindicatos por mês) pela formação de oposições sindicais, pela iniciativa nas ações políticas e pela capacidade de se transformar em uma importante referência política de massas.

A CUT se consolidou em 1985. Está implantada em praticamente todos os estados do país, ainda que de forma diferenciada; possui uma política bastante coerente e clara para a orientação do movimento e ocupou um espaço político de inegável importância no cenário nacional.

Há que se dizer ainda, que a CUT **não** é o que a grande imprensa, os empresários, a FIESP e o governo tentam caracterizar. A CUT **não** é uma força política capaz de desestabilizar a conjuntura, comprometer a democratização do país ou derrubar José Sarney. A CUT é uma central sindical que está sendo construída há dois anos, em um país que não tem tradição de centrais sindicais, que viveu 21 anos de ditadura militar e que não assegura liberdade e autonomia sindical, direito de greve e

cidadania política à classe trabalhadora. A força da CUT está muito mais na incapacidade política do governo e em seu imobilismo, no descontentamento popular e seus anseios, e no seu incondicional compromisso com os trabalhadores, do que propriamente na estrutura orgânica, na formação de suas lideranças ou seu acúmulo de recursos políticos. A CUT é a força hegemônica do movimento e tende a se fortalecer, mas enfrenta inúmeras dificuldades e fragilidades, que só não são vistas e consideradas contraditoriamente, por seus principais adversários políticos.

A CRISE ESTRUTURAL DA CONCLAT

A CONCLAT avaliou de forma incorreta a capacidade de luta e a vontade política da classe trabalhadora, de se organizar em uma central sindical nacional, e está pagando um preço político-coextremamente alto por esse erro histórico. A CONCLAT não se considera uma central sindical, mas uma "articulação sindical nacional" e atravessa uma crise estrutural em função de sua avaliação incorreta da conjuntura e em

decorrência da heterogeneidade das forças políticas que a compõem.

Há duas forças políticas que compõem a CONCLAT e que são antagônicas em todo o cenário sindical internacional. De um lado, está um bloco liderado pelo PCB, mas que é composto pelo PC do B, MR 8 e "pelegos" modernizados. Esta força sindical deveria corresponder internacionalmente à FSM — Federação Sindical Mundial, de hegemonia comunista e que luta politicamente contra a AFL-CIO — central sindical conservadora americana, e que se constitui na ala "direita" da CIO — Central Internacional Operária do Sindicalismo Livre, e que é formada, além da AFL-CIO, pelo sindicalismo social-democrata e socialista, concentrado na Europa.

A outra força política da CONCLAT reúne os "pelegos", antigos intervenientes sindicais de 1964, lideranças conservadoras e reacionárias, e que hoje é articulada pelos sindicalistas que "representam" a ALF-CIO no Brasil, recebendo diversas formas de apoio financeiro e político.



A CUT dirigiu 450 das 600 greves de 1985

A CONCLAT sofreu um esvaziamento político de largas proporções em 1985. Houve um "racha" à direita com a formação da USI — União Sindical Independente, que reúne o que há de mais atrasado, reacionário e pouco representativo do movimento sindical. O esvaziamento também se deu através do afastamento político público da CONTAG e do seu presidente, José Francisco; de vários sindicatos que se consideram agora "independentes", como os têxteis, padeiros, marceneiros e relojoeiros de São Paulo e, ainda, de uma parte considerável dos diretores do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo que não se considera comprometida com a CONCLAT.

Diante desta crise e perdendo importantes sindicatos para a CUT, a CONCLAT deverá tentar se definir em 1986, podendo inclusive agravar a dimensão do esvaziamento atual, mesmo porque as lideranças sindicais do PCB já estão pressionando o partido para se comprometer com a CUT.

No congresso da CONCLAT, os delegados não serão eleitos em assembleia de categoria, porque não há condições políticas para que isto venha a ocorrer e o nome da central deverá ser modificado para CGT. Esta mudança de sigla poderá significar muito pouco se não for acompanhada de uma mudança radical na política da CONCLAT/CGT, que tem estado mais preocupada em legitimar as políticas do Governo e do Estado perante a classe trabalhadora do que encaminhar as lu-

tas e aspirações da classe perante o Estado e os patrões.

A CONCLAT abriga forças político-ideológicas antagônicas, se consideradas no plano do movimento sindical internacional. A luta interna, a ausência de objetivos consensuais e de políticas mais precisas, além do peso dos pelegos encastelados na burocracia sindical, levam a um imobilismo permanente e à perda de importantes bases sindicais.

AS GRANDES CAMPANHAS DE 1985

Este peso político da CUT no movimento sindical se traduziu em uma nova orientação para as campanhas salariais que ocorreram em 1985. No I Congresso da CUT foi definida uma política para construir a unificação das greves e gerar condições para lutas mais amplas, — inclusive, uma greve geral. Esta política se constituiu basicamente na unificação das campanhas salariais e principais bandeiras do movimento.

Nesta perspectiva, a CUT desenvolveu a Campanha Nacional de Lutas/1985, com quatro grandes bandeiras:

- Redução da Jornada de Trabalho para 40 horas semanais;
- Reajuste Trimestral de salários;
- Salário-Desemprego;
- Reforma Agrária sob controle dos trabalhadores.

Esta Campanha se transformou em movimento vivo, com exceção do salário-desemprego. As 40 horas, a Refor-

ma Agrária e o Trimestral foram os grandes eixos do movimento em 1985.

O ABC QUEBROU O PACTO SOCIAL E A JORNADA DE TRABALHO

A primeira grande batalha foi a campanha salarial dos metalúrgicos da CUT, em abril, liderada pelo ABC. Esta campanha acabou deflagrando uma greve de 250 mil trabalhadores, de 53 dias, com novas táticas de luta, como a greve-"vaca brava" e quebrou a **proposta de pacto social e jornada de trabalho**. Esta campanha se desenvolveu em um momento extremamente delicado da vida política do país, com a morte de Tancredo Neves, e revelou as novas formas de repressão patronal ao movimento na "Nova República": a tentativa de isolamento político da greve e a "retaliação" com demissão de cerca de 6.000 militantes após os termos das negociações.

O segundo grande momento sindical, do ano de 1985, foi a **greve nacional dos bancários** que mobilizou 500 mil trabalhadores bancários, em uma campanha unitária articulada pelos sindicatos vinculados à CUT, especialmente o Sindicato Bancário de São Paulo. Esta campanha demonstrou a importância política da bandeira da **unidade da luta** para os trabalhadores e revigorou o movimento sindical no segundo semestre. A greve dos bancários contribuiu para revelar outro mecanismo importante de controle político sindical da "Nova República": as greves devem terminar na Justiça do Trabalho, que, em alguns casos, aprova convenções coletivas que atendem as reivindicações trabalhistas, mas que depois os patrões não reconhecem e recorrem ao TST.

O terceiro grande momento do sindicalismo urbano foi a Campanha Salarial Unificada de São Paulo, que envolveu cerca de 500 mil trabalhadores, em uma greve curta de 3 dias, mas que arrancou o melhor acordo trabalhista do ano: trimestralidade, aumento real e redução da jornada de trabalho. **A campanha Salarial Unificada**, articulada principalmente pela CUT, através do Sindicato dos Trabalhadores Químicos e Farmacêuticos de São Paulo, abriu importantes espaços de atuação para a CUT na capital e fortaleceu a oposição sindical metalúrgica na categoria.

1986 E O MOVIMENTO SINDICAL

A CUT deliberou em sua Plenária Nacional, realizada em dezembro, uma nova orientação política para a Campanha Nacional de Lutas/1986. **Todo potencial de lutas será canalizado para o Estado, especialmente na preparação do 1º de maio**, que representará 100



As bandeiras da CUT unificaram o movimento sindical em 1985

ESQUEMA DE CONFEDERAÇÕES INTERNACIONAIS MUNDIAL

CIOSL

FSM

CMT

ORGANIZAÇÕES NA AMÉRICA LATINA

ORIT

CPUSTAL

CLAT

Hegemonia da AFL-CIO, compromisso com a Social Democracia. Tendência a conciliar com governos locais.

Coordena centrais com hegemonia do PC. Linha sindical dos PCs de linha soviética.

Ligada à linha da Democracia Cristã. Pluralista em tese. Comprometida com o projeto da Democracia Cristã.

anos de comemoração da data internacional do movimento operário. A CUT já tem uma audiência marcada com Sarney, em março, alguns contatos estão sendo encaminhados a nível ministerial, na tentativa de uma negociação sobre as grandes bandeiras do movimento, incluindo agora o salário-mínimo real e o congelamento dos gêneros de primeira necessidade. Como há uma recuperação econômica em andamento, uma inflação em aceleração e este será um ano eleitoral, **a possibilidade de um acordo trabalhista nacional entre CUT e governo não deve ser desconsiderada.** Porém, dependendo da orientação da política econômica, da postura do governo, e da evolução do movimento, **uma greve geral poderá ser deflagrada no 1º de maio.** Esta possibilidade dependerá sobretudo da orientação para as campanhas salariais do início do ano: professores estaduais, transportes, e metalúrgicos do ABC.

No segundo semestre, deverão ocorrer duas grandes campanhas: bancários e Campanha Salarial Unificada de São Paulo, que dependem diretamente da evolução do movimento e das negociações com o governo, neste início de ano. Outro fato político importante será a participação do movimento sindical nas eleições para a Constituinte. Várias lideranças importantes são candidatos e o movimento sindical terá que enfrentar desafios políticos institucionais decisivos, especialmente: a aprovação da Convenção 87 da OIT, o direito de greve, a definição do salário-

mínimo e dos direitos sindicais básicos na nova Constituição.

1986 será um ano de muitas lutas e a greve dos caminhoneiros já demonstrou a tendência sindical do ano. A grande novidade política poderá ser uma negociação pública, ampla e aberta da CUT com o Governo, o que representaria um novo e significativo capítulo do movimento sindical brasileiro. **O repúdio da CUT diante da proposta de pacto social, não significou a negação às negociações e acordos traba-**

listas, inclusive de âmbito nacional. As resistências possíveis deverão estar a nível do próprio governo e do empresariado e não no interior do movimento sindical, caso exista, de fato, alguma proposta a ser apresentada para os trabalhadores.

Aloizio Mercadante Oliva é economista, professor universitário na PUC-SP e coordenador do Programa "Memória e Acompanhamento do Movimento Operário do ABC" do CEDI.

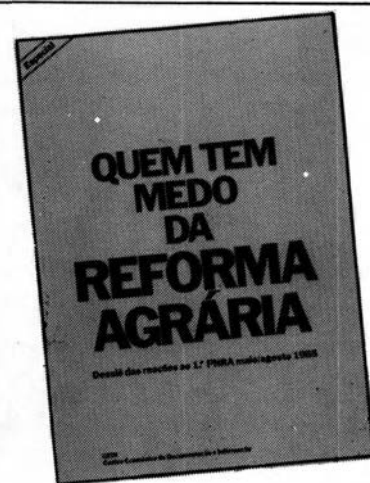
DE DENTRO DO FURACÃO



Richard Shaull e os primórdios da Teologia da Libertação, primeiro volume da coleção "Protestantismo e Libertação".

Cr\$ 30.000

Pedidos através de cheque nominal para o CEDI



Dossiê das reações ao 1º Plano Nacional de Reforma Agrária

Cr\$ 25.000

Faça seu pedido através de cheque nominal para o CEDI.

Brasil: Nunca Mais, o livro de não-ficção mais vendido em 1985

Jaime Wright

Em maio de 1971, no auge da repressão militar brasileira e quando se avolumava no Exterior o coro de protestos contra a tortura institucionalizada no Brasil, um grupo de religiosos norte-americanos se reuniu em Campinas, SP, para rebater tais denúncias e, ainda, para defender as "reformas sociais" do regime militar, e denegrir o Arcebispo de Olinda e Recife, Dom Hélder Câmara.

Segundo aqueles religiosos, a tortura ocorria somente em "casos isolados", e "os maltratados" eram "agitadores e terroristas empedernidos que caíram nas mãos da polícia super-eficiente."

Os exemplos de "reformas sociais" implantadas no País pelo regime militar eram numerosos, para aqueles religiosos: sistema de imposto de renda; sistema habitacional; sistema de previdência social; política educacional; sistema rodoviário; programa de alfabetização; e queda de inflação.

Os religiosos subscreveram editorial de um jornal recifense que acusava Dom Hélder Câmara de utilizar-se de "templos, púlpitos, instituições religiosas" como "instrumentos de oposição ao governo e de subversão."

ALIENAÇÃO

Não poderia haver exemplo mais contundente da alienação a que podem estar sujeitos não somente religiosos estrangeiros bem-intencionados como também largos setores das Igrejas brasileiras. Tais religiosos ou foram na conversa da propaganda oficial do regime militar ou estavam tão distanciados do povo oprimido que não tinham condições de fazer uma leitura objetiva da situação. Ou, ainda, na pior das hipóteses, já antecipavam a tese de Jeanne Kirkpatrick, embaixadora dos EUA na ONU durante o primeiro governo de Ronald Reagan, que prega: torturar **totalitário** (comunista)

pode, porquanto inimigo dos EUA; mas torturar **autoritário** (não comunista) não pode, porquanto amigo dos EUA.

Entre as muitas publicações surgidas após o levantamento da censura em 1978, nenhuma revelou com maior contundência e irrefutabilidade o que aconteceu nos porões da repressão entre 1964 e 1979 quanto o "best-seller" **Brasil: Nunca Mais**.

O PROJETO

O livro, agora em sua 12ª edição, com mais de 110.000 exemplares vendidos, foi, na realidade, um dos quatro resultados do "Projeto Brasil: Nunca Mais" realizado pela Arquidiocese de São Paulo durante um período de quase seis anos.

1. O primeiro resultado foi a formação de um **acervo** de mais de um milhão de páginas que correspondem a quase totalidade dos processos que passaram pela Justiça Militar durante esse período.

2. O segundo resultou na formação de uma "**biblioteca**" com 10.170 publicações das quase cinquenta entidades clandestinas desse período.

3. Denominada "Projeto A", a tercei-

ra realização do trabalho foi uma "enciclopédia", com 6.946 páginas, contendo os resultados da pesquisa, inclusive com 111 quadros estatísticos. O quadro n.º 101, contém a lista de 444 torturadores apontados à Justiça Militar.

4. Do "Projeto B", surgiu o livro **Brasil: Nunca Mais** que se constitui, na realidade, num resumo do "Projeto A".

O **quinto** resultado está sendo aquele que atende aos dois objetivos do projeto: (1) preservar a memória do que ocorreu durante a repressão, com base exclusiva na documentação oficial da Justiça Militar; (2) produzir um instrumento de luta e de trabalho a favor da Justiça.

REPERCUSSÃO

O projeto obteve ampla repercussão, testemunhada pela vendagem do livro. Entre as manifestações que a comprovam, podemos citar as seguintes:

1. **Cartas** — Recebemos cartas de toda a parte, de todos os setores; do Vaticano, de cardeais, arcebispos, bispos e religiosos; de protestantes e evangélicos; da área ecumênica nacional e internacional; de câmaras de ve-



readores; de quem não leu e não gostou; de quem não leu e gostou; de leitões católicos francos e outros arrependidos; de bibliotecas universitárias e centros de documentação.

2. **Traduções** — A "Random House", uma das maiores editoras norte-americanas e que detém direitos para todas as edições estrangeiras, já está produzindo a edição em inglês ["**Torture in Brazil**"] e encaminhando as traduções para o italiano, alemão, francês, espanhol e sueco.

3. **Convenção da ONU** — Atendendo ao apelo feito por D. Paulo Evaristo Arns no final do seu Prefácio (na página 14 do livro), o Presidente da República José Sarney assinou, na sede da ONU, aos 23.09.85, a "Convenção contra a tortura e outros tratamentos ou castigos cruéis, desumanos ou degradantes" (ver **Anexo V** do livro, páginas 298 e 312).

4. **Processos** — Houve somente dois processos contra os responsáveis pelo livro até agora, promovidos pela mesma pessoa (um médico do Rio citado no capítulo 18).

5. **Transcrições** — Entre as muitas transcrições parciais do livro destacamos a do **Jornal da Associação Médica Brasileira (JAMB)** que reproduziu, na íntegra, o Capítulo 18: "Assistência médica à tortura".

6. **Teatro** — O livro serviu de tema para uma peça ("Brasil, Até Quando?"), montada por um grupo amador de São Paulo e apresentada no

salão social de uma paróquia católica.

7. **Eleições municipais** — Embora sem os efeitos que muitos esperavam, alguns partidos usaram o "slogan" **NUNCA MAIS** contra políticos identificados com o regime militar.

8. **"Revanchismo"** — O projeto se pultou para sempre as acusações de "revanchismo", porquanto mostrou, de forma irrefutável, que os militares são os maiores revanchistas (basta o exemplo da celebração anual pelos militares da "Intentona Comunista", ocorrida há 50 anos).

TORTURADORES

Por vários motivos, o Quadro nº 101, com a relação das 444 pessoas denunciadas perante a Justiça Militar como torturadores, só foi entregue ao público no dia 22 de novembro de 1985. Entre as razões para divulgar esses nomes podemos citar quatro:

1. Porque a lista de torturadores é um complemento natural do livro **Brasil: Nunca Mais**. O livro denunciou as causas da repressão, dos seqüestros, da tortura, das mortes e dos desaparecimentos durante o período 1964-1979. Os órgãos de repressão institucionalizaram a tortura. A lista de torturadores mostra quais foram as pessoas instrumentalizadas para praticar a tortura nos porões da repressão.

2. Porque queremos uma sociedade mais justa, onde o pleno respeito pela pessoa humana prevaleça em todos os

setores e níveis. Se a assinatura do **Convênio da ONU Contra a Tortura** pelo Presidente Sarney visa acabar com a tortura no Brasil, torna-se necessário revelar os nomes dos torturadores que foram denunciados perante a Justiça Militar brasileira, a fim de que os mesmos sejam definitivamente afastados de posições e/ou cargos que dependam do erário público. Como disse um pastor metodista de Florianópolis: "Ou se extirpa o câncer, ou ele fica supurando no corpo nacional."

3. Porque a tortura é um crime contra a humanidade. A tortura desfigura a criatura feita à imagem e semelhança de Deus. A tortura é, por conseguinte, um pecado terrível. O torturador precisa ser confrontado com a enormidade do pecado que cometeu. Somente esse confronto pode levá-lo ao remorso ou arrependimento. O arrependimento é condição **sine qua non** para o perdão. O perdão pode levar o torturador, então, a reconciliar-se consigo mesmo e a viver em paz com seu semelhante. Perdão não é sinônimo de anistia judicial. **Nenhuma lei dos homens pode conceder anistia moral ao torturador.** Somente Deus pode conceder o perdão a quem torturou, através do Cristo que foi torturado até à morte (1 João 1,5-9).

4. Porque atendemos ao apelo do consenso de Igrejas em nível internacional, conforme o **Anexo IV de Brasil: Nunca Mais**, páginas 295: "A tortura é endêmica, brota no escuro, no silêncio. Convocamos as Igrejas para trazer a

Arrojo para preservar a História

O "Projeto Brasil: Nunca Mais", executado pela Arquidiocese de São Paulo, foi uma realização destinada a documentar a prática institucionalizada da tortura no País, durante o período mais intenso da repressão política, entre os anos de 1964 e 1979. Sua proposta principal tinha duplo aspecto: desvendar a intimidade da ação dos órgãos de repressão àquela época e impedir que "desaparecessem", com o início do processo de abertura, os documentos oficiais que — como se pôde comprovar — desvendavam segredos muito bem protegidos pelo regime militar.

O trabalho consumiu seis anos, a partir de agosto de 1979, e mobilizou 35 pessoas em regime de dedi-

cação integral, inclusive os autores. A tática escolhida para resguardar a confiabilidade do projeto foi xerocopiar processos em tramitação na Justiça Militar, envolvendo presos políticos. A meta da equipe era recolher uma amostragem de cerca de 10% dos casos denunciados. Ao final, conseguiu-se êxito muito maior: foram obtidas cópias de mais de um milhão de páginas, que significam a quase totalidade dos processos em curso no período. (A equipe teve acesso a 695 processos).

Executada sob absoluto sigilo, somente o cardeal Paulo Evaristo Arns e o pastor Jaime Wright tinham conhecimento integral da operação. Os demais participantes trabalharam até o final do projeto sem conhecer os objetivos das tare-

fas que desempenhavam. O resultado foi a radiografia perfeita do aparelho repressivo e a identificação dos principais torturadores. As vítimas acusaram 1.028 pessoas. Após a tabulação de nomes e episódios chegou-se a uma relação de 444 torturadores, que compõem o **quadro 101**, recentemente divulgado à imprensa e que não foi incluído no livro para não dificultar seu lançamento. São 234 policiais civis e 210 militares de altas patentes, muitos deles ocupantes de cargos no governo, aqui e no Exterior. O nome principal da lista é o do general Otávio de Medeiros, na época ministro-chefe do SNI, atual comandante militar na Amazônia e envolvido no assassinato do jornalista Alexandre Baumgarten.

público sua existência, quebrar o silêncio, revelar as pessoas e estruturas das nossas sociedades que são responsáveis por essa mais desumanizante de todas as violações dos direitos humanos" (Conselho Mundial de Igrejas, 1977).

PERSPECTIVAS

Barreiras para a execução e divulgação do projeto nunca faltaram. Nem no exterior.

Quando, em novembro de 1984, fui convidado a falar no 1.º congresso africano da "Anistia Intenacional", em Arusha, na Tanzânia, houve um momento embaraçoso antes da abertura do encontro. Tomando conhecimento do texto do meu discurso, que instava entidades do 1.º Mundo a identificar, denunciar e eliminar as causas da repressão no 3.º Mundo, alguns dirigentes da Anistia Internacional quiseram sugerir que eu modificasse ou abrandasse seu conteúdo. O argumento era mais ou menos o seguinte: "Isso é contra os nossos estatutos. A Anistia só pode cuidar dos efeitos da repressão. Tratar das causas é entrar no campo da política, e a Anistia não pode fazer isso."

E isso nos leva a propor algumas perspectivas para a continuidade do Projeto Brasil: Nunca Mais em 1986.

1. Assim como o livro **Brasil: Nunca Mais** (nos capítulos 4, 5 e 6) identificou causas da repressão, denunciando-as, outros grupos da nossa sociedade devem continuar a identificar e denunciar essas causas que menosprezam e amesquinham o ser humano.

2. A tortura a presos comuns é endêmica no Brasil, existindo em quase todas as delegacias de polícia no território nacional. A população precisa ser educada para o fato de que é errado torturar qualquer pessoa, mesmo o criminoso ou o comunista. **Brasil: Nunca Mais** pode e deve ser usado nessa tarefa educativa.

3. Assim como a Arquidiocese de São Paulo colocou **Brasil: Nunca Mais**, a preços módicos, nas mãos de seminaristas e de várias pastorais na Grande São Paulo, grupos em outras partes do País poderiam também cogitar de usar o livro em seus trabalhos pastorais.

4. A tortura precisa constar das discussões relativas à Constituinte e à Constituição. Como? De duas maneiras, pelo menos: (a) apoiar candidatos à Constituinte que tenham um compromisso com a defesa dos direitos huma-

nos; e (b) pressionar os delegados à Constituinte para que façam constar na nova Constituição uma proibição taxativa da tortura, com graves sanções para as pessoas que desobedecerem tal proibição.

5. Pressionar os atuais membros do Congresso Nacional para que ratifiquem a assinatura do Presidente Sarney ao Convênio da ONU Contra a Tortura, e para que preparem e votem a seguir os instrumentos necessários para colocar em prática mais este acordo humanitário internacional.

6. Denunciar os torturadores que foram promovidos e aquinhoados com funções públicas, tais como o general Octávio de Aguiar Medeiros, ex-ministro-chefe do SNI durante o governo Figueiredo e atual comandante militar da Amazônia; o general Mário de Mello Mattos, embaixador do Brasil no Paraguai; o coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, ex-adido militar na Embaixada

do Brasil no Uruguai; Mauni Antonio Figueiredo, secretário de Segurança de Pernambuco; o comandante Raimundo Vitor da Costa Ramos Sharp, vice-presidente da Companhia Paulista de Transporte Marítimo; o delegado Walter Brasileiro Polim, chefe do Departamento Estadual da Polícia do Consumidor, em São Paulo; o coronel Dalmo Luiz Cyrilo, chefe da Subseção de Operações do II Exército (antigo DOI); o delegado Ernesto Milton Dias, titular da Divisão de Crimes Contra a Economia Popular, do DECON, em São Paulo; e o coronel Francisco Antônio Coutinho e Silva, escolhido por Jânio Quadros para ser seu assistente militar na Prefeitura de São Paulo.

Jaime Wright, 58, pastor presbiteriano, foi um dos coordenadores do "Projeto Brasil: Nunca Mais" como parte do seu ministério na Arquidiocese de São Paulo.

CADERNOS DO CEDI

7 - Um pé de cana não é nada, juntando é um canavial.....	Cr\$ 20.000
8 - Igrejas/Desenvolvimento e Participação Popular.....	Cr\$ 20.000
9 - Deixai vir a mim os pequeninos.....	Cr\$ 20.000
10 - Rocas Comunitárias.....	Cr\$ 20.000
12 - Sexta Assembléia do Conselho Mundial de Igrejas.....	Cr\$ 20.000
13 - Alfabetização e Primeiras Contas.....	Cr\$ 20.000

LEVANTAMENTO POVOS INDÍGENAS NO BRASIL

Volume 5 - Javari.....	Cr\$ 35.000
Volume 3 - Amapá/Norte do Pará.....	Cr\$ 55.000

Faça seu pedido através de cheque nominal para o CEDI
(Av. Higienópolis, 983. CEP 01238 — São Paulo — SP).



106 páginas
Cr\$ 40.000

Faça seu pedido através de cheque nominal para o CEDI
Av. Higienópolis, 983 — CEP 01238 — São Paulo — SP.

CADERNOS DO CEDI 14 CANAVIEIROS EM GREVE Campanha Salarial e Sindicalismo

Este Caderno do CEDI é um registro das discussões travadas no **Encontro de Canavieiros** promovido pela Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado da Paraíba (FETAG-PB).

Traz depoimentos de Elizabeth Teixeira, de Alvaro Diniz (presidente da FETAG-PB), José de Fatima (presidente do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Guariba, SP) e mais de uma dezena de dirigentes de sindicatos rurais representativos dos trabalhadores da cana. É um instrumento fundamental para o entendimento do significado da luta dos canavieiros em todo o Brasil, e particularmente na Paraíba, Pernambuco, Rio de Janeiro e São Paulo.

O caso Naldinho e a difamação contra os direitos humanos

Durante praticamente todo o mês de dezembro passado, alguns jornais paulistanos — como *O Estado de S. Paulo* e o *Jornal da Tarde* — e emissoras de rádio — como a *Rádio Capital* — concentraram uma série de ataques ao padre Agostinho Duarte de Oliveira, um religioso dedicado à causa dos presos e dos menores delinquentes, perseguido há anos justamente por este serviço. No auge da atuação do "esquadrão da morte" em São Paulo, Agostinho precisou esconder-se na casa do cardeal D. Paulo Evaristo Arns para não ser assassinado. No episódio mais recente, ele foi acusado, por ex-funcionários afastados da Febem (entre os quais um indivíduo indiciado por vários crimes) de ter facilitado a fuga do menor R.M., 16 anos, o *Naldinho*, um dos muitos menores transformados em marginais pela máquina desumanizante do sistema capitalista. *Naldinho* é acusado da prática de três assassinatos e dezenas de assaltos, admitidos por ele no mês de outubro, quando de sua última captura pela polícia. Recolhido à Febem (Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor), ele evadiu-se em 5 de novembro. Em seguida, um depoimento do padre Agostinho sobre este caso.

Agostinho Duarte de Oliveira

Ninguém se restringe à última fuga de *Naldinho* como fato isolado, a ser apurado de forma técnica e profissional, com competência e isenção de ânimo. Quase todos, ao tratarem do assunto, extrapolam seus campos específicos de atuação. O fato que pode ser considerado isoladamente, relaciona-se, na realidade, com outras fugas do próprio Reinaldo ou a centenas de fugas de outros menores da FEBEM/SP. Um caso particular — que não é dos piores nos anais da história dos menores infratores — tornou-se

público e polêmico, por várias circunstâncias. Deliberadamente ou não, confundiu-se e atribuiu-se uma série de responsabilidades pessoais, institucionais, sociais e até políticas, nem todas pertinentes e justas.

Muito tempo antes da experiência da FEBEM, criada há onze anos, a fuga de menores já era, mais do que uma preocupação, uma idéia fixa, uma mania de diversos setores da sociedade civil e política, que jamais se detiveram para tentar resolver a questão. **O que é a fuga? Por que se foge? Como se foge?** Apenas este aspecto, sem considerar outros de maior importância, já deu o que fazer ao Juizado de Menores, muito antes da criação da entidade.

Nem todo o aparato policial-militar do tristemente famoso RPM (Recolhimento Provisório de Menores) conseguiu impor um regime de contenção, apesar de dispor de instrumentos de

repressão, como celas com grades, isolamentos, castigos físicos, maus tratos etc. A violência brutal era a constante. Para tentar acabar com aquela vergonha, foi que alguns desembargadores de renome, juntamente com pessoas voltadas para o Direito e a Justiça, resolveram extinguir o rançoso — mas não superado — binômio **disciplina/segurança**, e partir para a educação, o trabalho e o tratamento como propostas de ressocialização dos infratores.

Mesmo com a criação da Febem, em 1974, pouca coisa mudou, mas... "é preciso mudar"! Na atual gestão da entidade — conforme as diretrizes educacionais propostas, a condição **sine qua non** para o atendimento aos menores internados e transmitida aos servidores públicos envolvidos com essas crianças e jovens — é afastar a violência e a corrupção institucionali-



VINCENT CARELLI

zadas. Mas, sub-reptica e escandalosamente, subsiste "o pai da mentira", que nega haver violência e corrupção nas instituições públicas e particulares, ou subverte a realidade e propala que a violência e a corrupção têm sua origem nos próprios menores da Febem.

Esse círculo vicioso precisa ser rompido!

Ora, se até quem está sendo pago pelo Estado para defender menores passa a atacá-los, o que dizer daqueles que estão se locupletando às custas dessa parcela da população e procurando destruí-la? Certos meios de comunicação social, com conhecidos empregados pelegos, são dos melhores instrumentos de formação ou deformação da opinião pública. Bombardeios diários pela imprensa, de idéias desmoralizantes, nocivas — provenientes do entulho autoritário — prejudicam os menores, sobretudo os infratores, disseminando verdadeira

"peste emocional" que se alastra e injeta anti-valores (ódio, vingança, morte, etc) nas cabeças e nos corações da massa incauta e empobrecida.

É lamentável como alguns setores da classe média se deixam influenciar, adotando um individualismo egoísta que se limita à defesa de seu patrimônio e de sua vida, mas não combate o crime nem os criminosos.

É incrível verificar a dúvida, a confusão e a intimidação que muitas vezes atingiram especialistas na defesa de ex-presos políticos e marginalizados, torturados, desaparecidos e mortos. Aliás, o combate à política de extermínios, à tortura, à violência institucionalizada de hoje — como a repressão cada vez mais presente e fortalecida — já não é mais prioridade para alguns defensores "envergonhados" dos direitos humanos.

Advogados, padres, jornalistas, deputados e outros, estão deixando de analisar causas e efeitos da violência

proveniente dos 'desclassificados' — homens sem classe social — ou mesmo a violência das classes empobrecidas.

Urge conchamar à união os velhos companheiros da luta pela Justiça. Além da necessidade de se evitar a dispersão, é preciso precaver-se contra o veneno do antigo sistema, que se reinstala, com nova fisionomia, nova roupagem, novos métodos. Está aí a **eficiência** dos meios de controle social, como polícias, FEBEMs, prisões, esquadrões da morte etc., que não mudaram.

Que ninguém seja presa fácil do engodo, da ilusão, da ambição. Cuidado com a "mosca azul"!

O padre **Agostinho Duarte de Oliveira** é militante em favor dos 'desclassificados'. Profissionalmente, é advogado e assessor da presidência da FEBEM/SP para a área de menores infratores.

Direitos Humanos terá entidade nacional

Entre os dias 22 e 26 de janeiro realizou-se em Olinda, Pernambuco, o 4.º Encontro Nacional dos Centros e Comissões de Justiça e Paz. O objetivo prioritário desse encontro foi definir a criação de um organismo nacional que congregue e represente oficialmente todas as instituições que atuam em defesa dos direitos humanos. Calcula-se que existam hoje, no Brasil, cerca de 200 entidades voltadas para a defesa de direitos básicos, mas que operam em áreas específicas, ainda sem mecanismos de cooperação efetiva. São os Centros de Defesa dos Direitos Humanos, (CDDHs) as comissões de Justiça e Paz e de Pastoral da Terra, o Conselho Indigenista Missionário e movimentos como os de negros e operários.

A nível de representação existe, no momento, apenas uma articulação: o Serviço de Informação Nacional (SIN), criado em 1982, no 1.º Encontro Nacional dos Centros e Comissões de Justiça e Paz, realizado em Petrópolis, no Rio. Como um órgão de intercâmbio de informações e correspondência, o SIN não tem poder de traçar políticas ou criar programas. No âmbito dos CDDHs, essa competência cabe aos organismos

regionais, que atuam voltados para a realidade próxima. O Brasil conta, atualmente, com 150 centros distribuídos em oito regionais: Norte 1 e 2, Nordeste, Leste 1 e 2, Centro-Oeste e Sul 1 e 2.

Segundo Ruy Monteiro, membro da Comissão de Trabalho do SIN, de Petrópolis, e Benedito Mariano, secretário do Centro Santo Dias de Defesa dos Direitos Humanos, de São Paulo, a criação de um organismo nacional nesse momento tem dupla importância: fortalece o movimento, à medida que cria canais efetivos de atuação e, como entidade oficial, pode interferir nas grandes questões de interesse da Nação, "sejam ligadas à denúncia de violação dos direitos humanos ou de caráter social e político, como a Reforma Agrária e a Constituinte", como enfatiza Mariano.

Como atribuição específica, caberá ao organismo nacional a responsabilidade de fortalecer o trabalho das regionais, discutindo as respectivas prioridades e fornecendo subsídios e respaldo à atuação das entidades nos estados. Na fase preparatória do encontro nacional, as 8 re-

gionais fizeram discussões setorializadas para traçar os subsídios que levariam para Olinda. A delegação de São Paulo, que integrou a regional Sul 1, priorizou a questão da violência, que debateu a níveis urbano — com enfoque na questão da marginalidade — e rural, voltada para as lutas ligadas à disputa pela terra.

O movimento de defesa dos direitos humanos se concretizou no Brasil em 1974, com a criação do 1.º CDDH em João Pessoa, na Paraíba. O segundo centro surgiu em Osasco, na Grande São Paulo três anos depois. Em 1982, quando se realizou o 1.º Encontro Nacional, em Petrópolis, participaram cerca de 30 entidades. A partir daí o trabalho avançou, fortalecido pelos encontros de São Paulo, em 83 e de Vitória, em 84. Para o próximo são esperadas cerca de 400 participantes, representando entre 150 e 200 entidades de 20 estados. "O movimento cresceu respondendo a múltiplos desafios e alcançou a fase da maturidade, em que a meta é organizar a representação nacional, para que esta se torne o grande elo dos que atuam na defesa dos direitos humanos", ressalta Ruy Monteiro.

Fome: Infância condenada

Rosa Eleutério

Vocês sabem que diferença existe entre uma criança de Bangladesh e outra do Nordeste? Umas 100 ou 200 gramas!

A piada foi contada pelo jornalista Ferreira Neto na sexta-feira, 10 de janeiro, no encerramento do seu programa transmitido pela TV Gazeta, Canal 11, de São Paulo. Sem gargalhadas de retorno e meio desconcertado, o apresentador comentou com os quatro convidados da noite: "Piada de mau gosto, não?"

Mas o que o jornalista Ferreira Neto não sabe — ou talvez saiba bem demais — é que não estava contando nenhuma piada. Relatava uma cruel mas absoluta verdade. O que instiga, na comparação feita, é saber qual das duas crianças — se a asiática ou a brasileira — leva a minguada vantagem.

No relatório **A Situação da Infância Brasileira**, publicado no final do ano passado pela Política Editora, e elaborado por um convênio que reuniu a Secretaria de Assistência Social do Ministério da Previdência Social, o Unicef, a Associação Brasileira de Juizes e Curadores de Menores e a Fundação Carlos Chagas, a pesquisadora Ana Maria Brasileiro denuncia: "A mortalidade infantil chega, em algumas áreas nordestinas, a mais de 200 mortes por 1000 nascidos vivos".

A ocorrência dessas taxas excepcionais de mortalidade infantil no País que é a 8ª economia do Ocidente, exporta equipamentos bélicos e possui a 3ª indústria de Informática do mundo, mostra que as conquistas sociais não acompanharam o desenvolvimento econômico. E revela que áreas do Nordeste (não identificadas pela pesquisadora) estão, hoje, na situação em que se encontravam regiões faveladas da Europa no século passado, e em está-

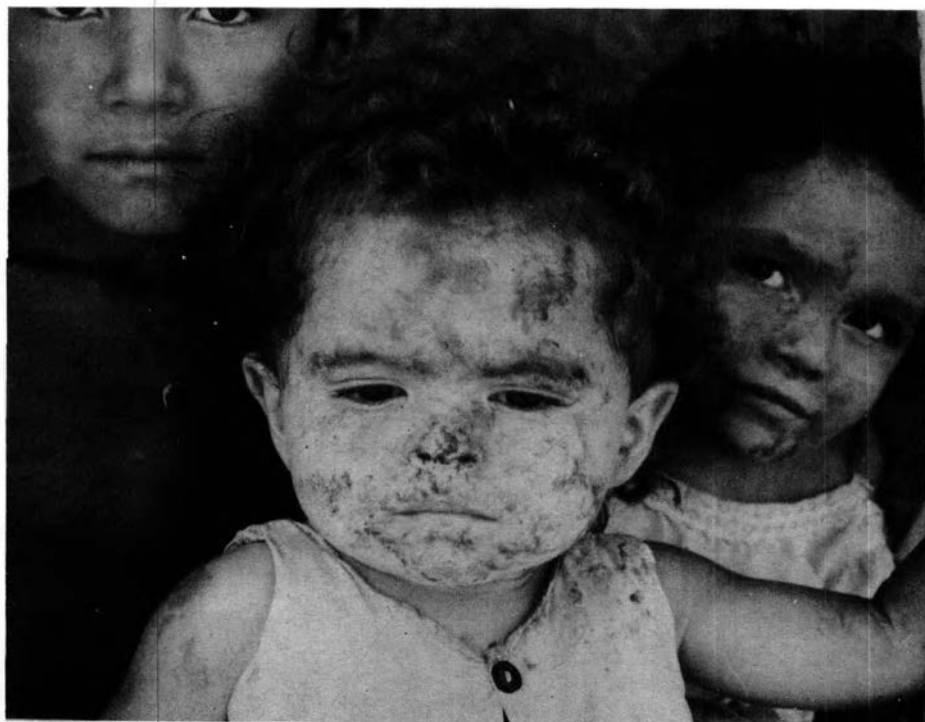
gio mais crítico do que o observado em São Paulo por volta de 1940.

Na página 58 do seu relatório para 1986 sobre **A Situação Mundial da Infância**, o Unicef informa: "Na Europa do século 19, a taxa de mortalidade infantil (TMI) das áreas faveladas era de 200 óbitos por 1000 nascimentos". Os boletins **Indicadores Demográficos para o Estado de São Paulo**, publicados pela Fundação Seade, mostram que em 1940 a mortalidade atingia perto de 180 de cada mil crianças nascidas vivas, antes que completassem um ano.

Segundo o relatório **A Situação da Infância Brasileira**, há 5 anos já havia regiões no Nordeste com índices de mortalidade infantil comparáveis aos de Bangladesh. Diz o documento: "No Nordeste da metade da década de 80, 2/3 da população vivem no nível de po-

breza absoluta, o que se reflete de forma drástica nas crianças. Em 1980, a TMI regional equivalia à de um dos países mais pobres do mundo: o Bangladesh. Estava acima de 120 por 1000".

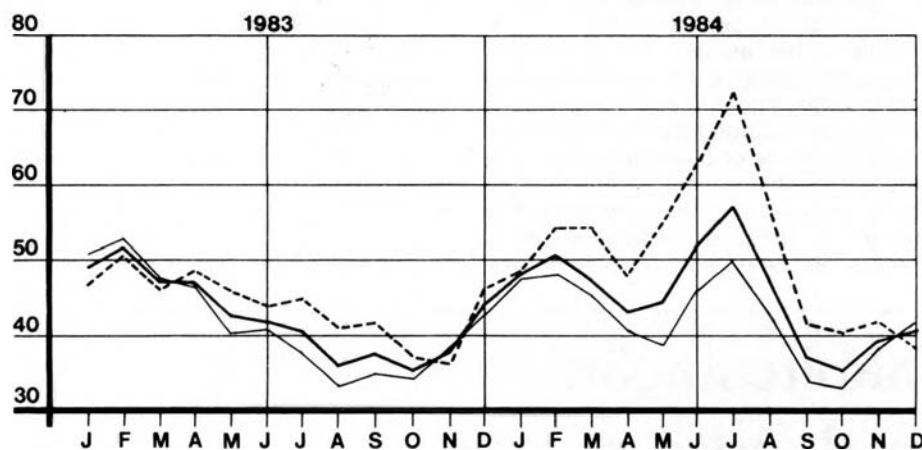
O drama particular do Nordeste brasileiro — acentuado pelos efeitos da seca que entre 79 e 84 flagelou a região — também foi ressaltado pelo representante do Unicef (Fundo das Nações Unidas para a Infância) no Brasil, John Donohue, no dia 11 de dezembro, quando entregou à imprensa, em Brasília, o relatório sobre a infância mundial. Na oportunidade, ele fez a dramática revelação de que a cada cinco minutos morrem sete crianças no Brasil, por desnutrição; a maioria no Nordeste". O que significa 735.840 mortes anuais provocadas por uma única causa: a miséria.



A situação de miséria do Nordeste se reflete de forma drástica nas crianças.

SIDNEY WAISMANN

Taxas Mensais de Mortalidade Infantil, para a Capital, Interior e Estado de São Paulo (por 1 000 nascidos vivos)



Miséria que está presente, também, nas regiões mais desenvolvidas do País. Em julho de 1984, o Estado de São Paulo registrou sua TMI mais elevada após 1975. Os indicadores demográficos da Fundação Seade registraram, neste mês, um índice superior ao de 70 óbitos por 1000 nascimentos, somente na Capital. No Interior, a taxa ficou em 50 por mil, enquanto o Estado registrou um índice próximo a 60 mortes em cada grupo de 1000 nascidos. Esses números significam quase o dobro das médias registradas entre abril e novembro de 83, ano em que, até então, a mortalidade infantil esteve melhor controlada, no Estado.

Foi justamente no pico da elevação desses índices, que a capital paulista foi atingida por uma epidemia de sarampo que em dois meses atingiu 1234 crianças e matou 123 delas. O fato disseminou pânico entre a população e obrigou as autoridades da área de saúde a improvisarem esquemas de emergência para tratamento dos atingidos, uma vez que a rede pública de hospitais não estava preparada para internações em massa.

O secretário estadual da Saúde, João Yunes, diagnosticou por trás da epidemia de sarampo, a maior doença social deste País: a miséria. E repetiu à imprensa dezenas de vezes que a maioria daquelas mortes poderiam ter sido evitadas se as crianças estivessem bem nutridas e vivessem em ambientes saneados.

Roberto Macedo, chefe do Departamento

de Economia da Faculdade de Economia e Administração, da USP, e consultor do Unicef, endossa. Para ele, a ocorrência de maiores taxas de mortalidade infantil na Capital revela uma associação muito nítida entre nível de renda e condições de vida, de modo geral. "É sabido que na periferia da Capital, e em particular nas favelas e cortiços, as condições de vida são muito piores que as do Interior. Nesses ambientes as famílias vivem em alto grau de promiscuidade, sem cuidados sanitários básicos. Estes são fatores que, somados, têm uma participação decisiva na determinação das TMIs".

CENSURA PARA A TRAGÉDIA

Em 1974, no auge do "milagre" econômico brasileiro, o IBGE gastou 20 milhões de dólares (cerca de Cr\$ 240 bilhões ao câmbio atual) para investigar o que comiam os brasileiros. Mobilizou uma equipe de 1200 pesquisadores que mediram e pesaram, durante uma semana, a alimentação diária de 55 mil famílias de todos os níveis de renda e regiões do País, para compor o Estudo Nacional de Despesa Familiar (Endef). Foi o maior inquérito alimentar realizado até hoje. O resultado obtido foi tão aterrador, que a direção do instituto proibiu sua divulgação.

Os técnicos descobriram cardápios inusitados: havia famílias que comiam ratos (e não preás, fizeram questão de esclarecer nos relatórios); crianças que disputavam fezes; pessoas que co-

miam lavagem, folhas de café, cascas de batata cozidas, miolo do xaxim, farinha com açúcar. Encontraram casas onde a fome era absoluta: não havia nada para pesar. Viram, como em Candeias, na Bahia, crianças morrerem de fome.

Durante 11 anos a ditadura manteve sob sigilo absoluto a tragédia que ajudou a criar, ao implantar um modelo de desenvolvimento desumano, que privilegiou o Estado empresarial e se fez de cego para questões sociais. Mas não conseguiu abafar os efeitos provocados pela miopia da opção de desenvolvimento feita pelo regime militar.

Recentemente, o diretor do Serviço de Saúde da Marinha, almirante Ernani Aboim, afirmou em Fortaleza, que "30% da população do País, (mais de 40 milhões de brasileiros) não tem capacidade mental necessária e 40% das crianças morrem antes de completar 5 anos." E denunciou: "Somos uma nação doente, do ponto de vista físico, mental e social". O almirante Aboim atribuiu aos governos do regime militar a responsabilidade por essa realidade. "Os governos anteriores não cuidaram do problema da saúde, aplicando apenas 2% do PIB (Produto Interno Bruto) no setor. É criminoso em um país doente, se investir só 2% do orçamento em saúde".

INFELIZES SOBREVIVENTES

A incapacidade mental que atinge hoje 40 milhões de brasileiros, e que tragicamente põe em risco o futuro desta sociedade, comprometendo de forma brutal as chances de desenvolvimento e de justiça social, é a mais grave consequência da miséria. Decorre da fome e da falta de saúde, associadas.

Nos anos seguintes à elaboração do Endef, a penúria alimentar se agravou, no país. No final da década de 70, um estudo promovido pelo IBGE e Unicef indicou que 69,3% das crianças brasileiras nasciam com peso abaixo dos padrões normais — consequência direta da carência alimentar e falta de assistência médica às mães. O mesmo trabalho mostrou que na zona urbana de São Paulo, 9,5% das crianças menores de 7 anos eram afetadas pelo nanismo, enquanto na zona rural do Estado essa proporção chegava a 15%. No Nordeste o quadro era mais grave: o nanismo atacava 30% das crianças que viviam nas regiões urbanas e 39% delas nas áreas rurais.

Segundo o médico Victor Matsudo, diretor do Laboratório de Aptidão Física de São Caetano, no ABC paulista,

"o Brasil apresenta fortes características de país de nânicos. Teremos aqui um vasto contingente de sub-espécie humana, tal o grau de carência alimentar", prevê ele.

Os efeitos da fome nos que sobrevivem ao seu impacto é permanente e irreversível. "As crianças brasileiras nascidas nas camadas populares hoje estão crescendo e pesando menos que os padrões médios. As diferenças giram em torno de 16% na altura e 20% no peso. Cerca de 50% das nossas crianças são subnutridas, e muitas vêm encontrando sérios riscos para sua sobrevivência", volta a denunciar Ana Brasileiro.

A lesão cerebral é a pior seqüela deixada nos que sobrevivem à fome. É o último estágio de um processo que se inicia com a perda de resistência às doenças. Nessa fase instalam-se os estados gerais de fraqueza que tornam o organismo sujeito a inúmeras enfermidades que podem levar à morte, sobretudo crianças de zero a 4 anos. Para compensar a falta de alimentação o organismo começa a sugar de si próprio os recursos que deveriam ser usados para fazer o corpo crescer. Devido ao crescimento, ele vai buscar sustento em suas próprias proteínas, tornando os ossos e cartilagens muito frágeis. Nesse estágio, se a fome per-

siste, o cérebro fica definitivamente comprometido e o retardamento mental é inevitável.

O **Endef** não foi a única pesquisa sobre a penúria alimentar da população censurada pelo IBGE. Em 1982, pesquisadores do Instituto fizeram um estudo completo relacionando renda com alimentação. E provaram que em alguns lugares, grupos de trabalhadores com baixos salários sobreviviam com níveis de nutrientes inferiores ao que a Organização Mundial de Saúde (OMS) julgava possível para que um ser humano continuasse vivo. O projeto foi apresentado em 1982 e nunca recebeu autorização de algum diretor para ser im-

"A fome é uma manifestação biológica de uma doença social"

(Josué de Castro)

Em 1984, um estudo realizado pelo Instituto de Planejamento Econômico e Social da Secretaria de Planejamento da Presidência da República, revelou que a fome atingia 86 milhões de brasileiros. (2/3 da população que naquele ano, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra domiciliar, do IBGE, era de 128.262.206 de habitantes). No mesmo ano, pediatras reunidos no Rio, num Congresso promovido pela Sociedade Brasileira de Pediatria, manifestavam forte preocupação com o aumento do número de mulheres grávidas desnutridas e lembravam os riscos desse quadro para o desenvolvimento cerebral das crianças já a partir da gestação.

Para tentar remediar o impacto da fome sobre as mais de 22 milhões de crianças de 0 a 6 anos, no final de 1985 o presidente Sarney anunciou a criação de um programa a ser implantado já em 86 e destinado a oferecer um litro de leite por dia para cada criança pobre menor de 7 anos. No dia 13 de janeiro, a imprensa anunciou que o governo federal deverá importar leite para cumprir esse programa.

Preocupada com os altos índices de mortalidade infantil em todos os países subdesenvolvidos, a Unicef propõe um conjunto de ações básicas de baixo custo e fácil aplicação, destinado não apenas a reduzir os índices de mortalidade, mas também a assegurar um desenvolvimento

normal, físico e mental, para esse grande contingente de vítimas potenciais da miséria e de políticas econômicas injustas.

São quatro as ações propostas. **Aleitamento materno**, que pode reduzir à metade o número de doenças às quais as crianças estão sujeitas no 1º ano de vida, sobretudo as infecciosas e as diarreicas. **Terapia de Reidratação Oral (TRO)**. Trata-se do soro de reidratação oral, que pode ser preparado utilizando-se embalagens industrializadas e que tem reduzido em cerca de 25% a 35% as **TMI**s em países que já o utilizam em larga escala, a partir de treinamento oferecido às mães por equipes preparadas pela Unicef. Sua utilização correta implica em manter a oferta de alimentos às crianças, mesmo durante as fases de diarreia, para que o organismo não perca seus nutrientes. E pode ser substituído por uma mistura caseira de água, sal e açúcar, ou práticas alimentares mais tradicionais, como canja de arroz ou sopa de cenoura.

Imunização é a terceira ação recomendada. Ela é capaz de prevenir metade das doenças que acometem a infância, sobretudo as que podem deixar seqüelas permanentes, como poliomielite. A Unicef propõe aos países o desenvolvimento de esforços para que até 1990, ou no máximo até o final do século, a infância mundial receba imunização total. E alerta que, se forem mantidos os níveis atuais de vacinação, nos próximos

10 anos morrerão 36 milhões de crianças vitimadas por sarampo, tétano e coqueluche, enquanto três milhões ficarão paráliticas, devido à pólio. A última ação sugerida é o **acompanhamento de crescimento**, que deve ser repetido mensalmente, em clínicas especializadas (os serviços públicos de saúde mantêm esse atendimento). Ai as mães podem receber orientação sobre a evolução dos filhos.

Segundo a Unicef, medidas como essas poderiam evitar a morte diária de 40 mil crianças, como ocorre atualmente.

E evitariam, também, tragédias como as diagnosticadas pelo **Endef**, em 1974, e se transformaram em angústia para os técnicos que participaram do projeto. O coordenador desse estudo, Luíz Parga Nina, afirmou à **ISTO É** que a elaboração desse trabalho marcou definitivamente a vida de todos os que atuaram nele. "O sonho da turma era participar de um mutirão que ajudasse o Brasil. Vivemos uma aventura épica." Marlene Vaz, 43 anos, que coordenou o grupo que trabalhou em Candeias, onde a criança morreu de fome, sintetiza hoje a frustração dos 1.200 companheiros: "Depois de tudo isso, ver que nosso trabalho não foi aproveitado é de revoltar".

Atualmente, Parga Nina dirige um grupo de Ciências Sociais na PUC/Rio e Marlene assessora a Delegacia do IBGE na Bahia.

presso, informou Maurício Vasconcelos, diretor de Censo Demográfico do IBGE à revista **ISTOÉ**, que em outubro passado revelou a triste história da elaboração e censura do **Endef**.

Países mais pobres combatem com maior êxito a mortalidade infantil. A fórmula é simples: manutenção dos investimentos sociais durante os períodos de crise econômica.

O Brasil é um país onde as TMIs ainda são consideradas altas, embora venham, no geral, acompanhando as tendências internacionais de queda. Só que num ritmo muito mais lento do que se dá em outros países, sejam mais ricos, como os EUA ou mais pobres, co-

mo Cuba. No período de 1960-1982 o país reduziu sua taxa de 121 para 87 óbitos em cada mil nascimentos, segundo o IBGE. De acordo com o Unicef, a redução teria sido para 70 por mil. (A diferença de cálculo, segundo o Unicef, explica-se pelo uso de metodologias distintas.)

Nesse mesmo período, o desempenho econômico registrou um crescimento de 300%. O Produto Interno Bruto (PIB) saltou de 55 para 220 bilhões de dólares entre 1960 e 1982. Naquele ano, o Brasil era a 10ª economia do Ocidente; hoje é a oitava. Nos últimos 4 anos o crescimento econômico se acentuou. Mas as crianças brasileiras

continuaram engrossando estatísticas que as colocam entre as mais desassistidas do mundo.

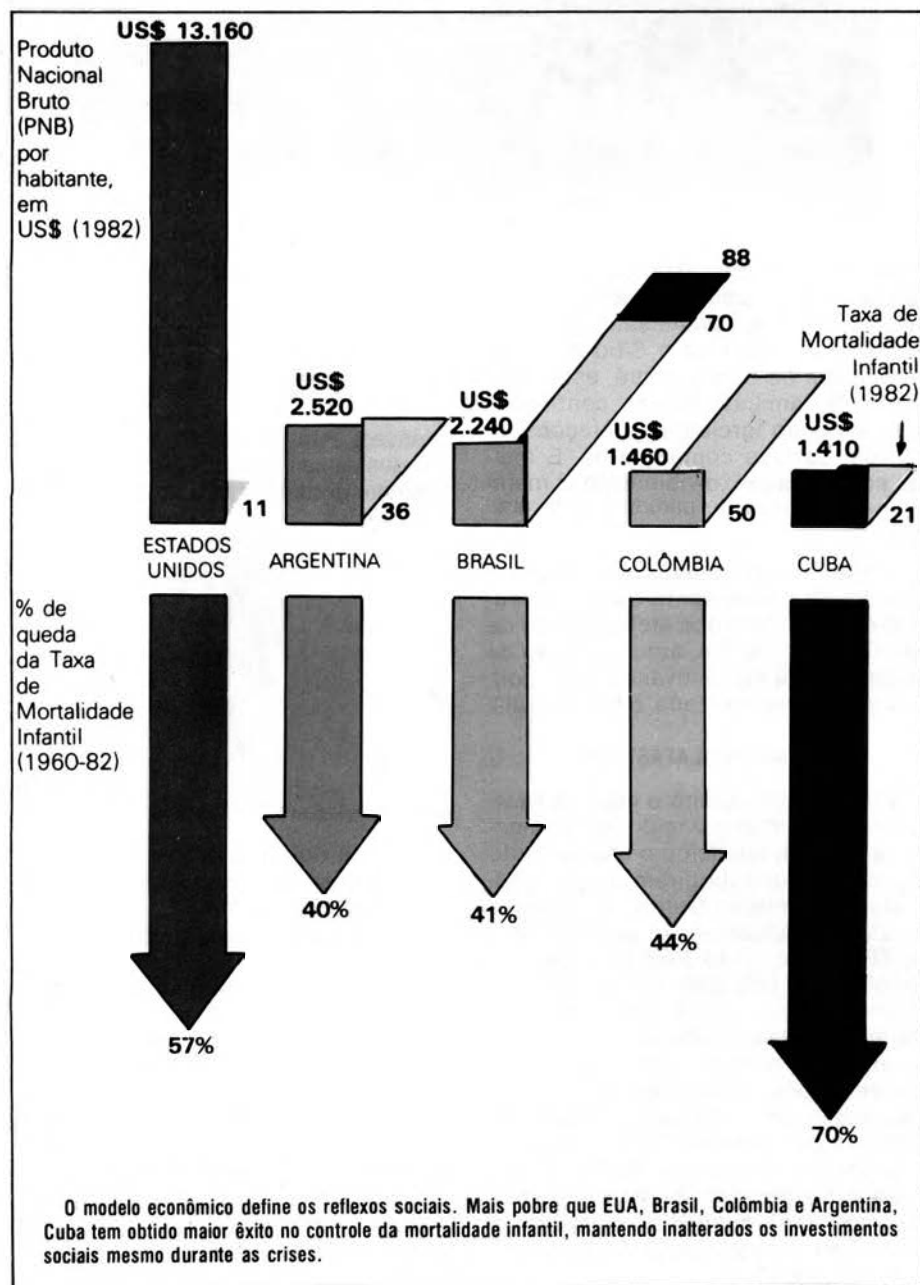
Entre 60-82 a Colômbia, país que tem um Produto Nacional Bruto **per capita** 40% inferior ao PNB brasileiro (que é de 2.240 dólares) reduziu em 44% sua TMI. Mas o melhor desempenho foi o de Cuba. Com um PNB **per capita** menor que o da Colômbia, Cuba melhorou em 70% sua TMI. No Brasil a redução foi de 41%, superando apenas a Argentina, que ficou 1% atrás do índice brasileiro. O PNB argentino é ligeiramente superior ao nosso. Em 1982, todos esses países registram TMIs menores que a do Brasil.

Hoje, 1986, 15% da população consomem 85% do que produz toda a sociedade brasileira. Também na "Nova" República, os ricos continuam cada vez mais ricos e os pobres cada vez mais pobres. Mudará um dia?

Roberto Macedo, que em 83 e em 85 estudou para o Unicef o "Impacto da Recessão sobre a Infância no Brasil", resume suas conclusões. "As más condições de vida das crianças brasileiras tornaram-se piores com os efeitos da recessão iniciada em '81. Hoje as famílias sofrem mais com o desemprego e a queda generalizada do nível de renda. A deterioração das condições de vida das famílias se reflete nas crianças: má nutrição, baixo rendimento escolar, violência praticada por parentes ou terceiros, fraqueza, falta de assistência médica". Num estágio inicial diz Macedo — as famílias reduzem gastos supérfluos — 'apertam os cintos', enquanto o governo utiliza intensamente os investimentos feitos no passado. Com o prolongamento da crise, seus efeitos tornam-se inexoráveis".

A recessão por si só não justifica as más condições de vida da infância. A opção política de cada nação para enfrentar a crise é fator preponderante. Enquanto no Brasil o governo optou, nos últimos 21 anos, por cortar despesas com saúde e educação, penalizando as camadas mais pobres, houve países que buscaram soluções voltadas para o bem-estar do seu povo. Como fez Cuba. Este país manteve os investimentos em habitações populares, abastecimento de água e saúde. Em 82, período mais duro da crise, quando o orçamento geral teve que ser cortado em 13%, as verbas destinadas à educação e saúde continuaram inalteradas, segundo o relatório **A Situação da Infância Brasileira**.

Enquanto isso, o Brasil investirá, este ano, apenas 2,4% do orçamento federal em saúde.



Violência no ABC

Rosa Eleutério

O último dia 16 de dezembro ficará na história da região industrial do ABC paulista como marco de dupla violência: de um lado, o uso de violência pelo aparato policial do Estado contra populares; e de outro, a violência social (despejo) aplicada na falta de solução para um dos problemas que afeta a maioria das populações que vivem nas grandes cidades: o déficit habitacional. Nesse episódio, com o agravante de terem sido, as duas práticas, asseguradas pela Justiça. A mesma Justiça sempre tão lenta ao tratar dos interesses populares, sobretudo quando nascidos nas camadas mais humildes.

No início da manhã daquele dia, um contingente de 800 homens da Polícia Militar do Estado de São Paulo invadiu o Conjunto Residencial Jardim do Estádio, construído na divisa dos municípios de Santo André e São Bernardo do Campo, para garantir a 18 oficiais de justiça — após quatro tentativas anteriores sem sucesso — o cumprimento da ação de despejo contra as 450 famílias que há 20 meses tinham invadido 326 dos 3009 apartamentos construídos. O conjunto pertence à Cooperativa Habitacional dos Metalúrgicos do ABCD, que obteve a liminar de reintegração de posse em 27 de abril de 1984, poucos dias após o início da ocupação, ocorrida durante a Semana Santa.

Os invasores tentaram resistir e a polícia agiu com violência extrema. A televisão mostrou cenas de selvageria, como espancamento de mulheres grávidas, doentes mentais, políticos e religiosos. Nem crianças foram poupadas. A TV Globo mostrou cavalariões subindo as rampas de acesso aos prédios para espancar com cassetetes pessoas que buscavam refúgio junto às paredes. A cavalaria foi usada também para romper cordões humanos formados por políticos, religiosos e moradores.

O saldo do dia acusou 106 populares feridos e 19 detenções. Entre as quais contam-se as de 5 parlamentares do PT e a do padre José Mahon, de Santo André. Segundo a Secretaria da Segurança Pública do Estado, 5 policiais saíram feridos dos confrontos.

Mas o efeito mais grave do despejo foi posterior ao dia 16 e estende-se até o momento: a desestruturação das fa-



Cassetetes em punho, PMs perseguem e encurralam manifestantes.

mílias desalojadas. Muitas estão fazendo o triste caminho de volta para as favelas de onde haviam saído em abril de 84. Somente para o Sítio dos Vianas, favela de Santo André, estão voltando 86 famílias. Outras continuam abrigadas em igrejas, associações de bairros, centros comunitários. E muitas se separaram, dividindo seus membros entre casas de parentes e de amigos.

O que derruba a acusação de João Lins Pereira, presidente da Cooperativa e do Sindicato dos Metalúrgicos de São Caetano do Sul, autor da ação de despejo. Para ele, a invasão fora "política e instrumentalizada, e não social".

COMANDANTES AFASTADOS

No dia 20 de janeiro o coronel Newton Viana, comandante do policiamento na Capital, anunciou o afastamento dos oficiais que dirigiram a operação-despejo: o coronel Osmar de Campos Verde, comandante do policiamento no ABC, e o capitão José Luiz Oliveira, que chefou a operação. A explicação do coronel Viana para seu ato foi clara: "O motivo do afastamento foram as imagens transmitidas pela TV e a descrição dos fatos pelos jornais, que coincidem com as várias acusações de violência por parte dos PMs". Segundo o gabinete do secretário Michel Temer, o Inquérito Policial Militar instaurado para apurar as denúncias será remetido ao Tribunal de Justiça Militar até o final deste mês.

VITIMAS LEMBRAM A VIOLÊNCIA

Um dos casos mais graves é o de Araci do Prado, 34 anos, grávida de oito meses quando do despejo. Com três filhos — 13, 4 e um ano e meio — no final deste mês Araci se tornará mãe de cinco crianças: está esperando gêmeos. Após 16 anos de casamento, sua família foi totalmente dividida com o despejo.



Araci: privações no final da gestação

Com os dois menores ela passa os dias na casa da amiga Maria das Graças Paulino, presidente do Movimento de Defesa dos Favelados do ABC, onde fazem as refeições. A noite os três dormem na casa de um irmão de Araci, que tem 5 filhos. Mas no chão, porque não há outro tipo de acomodação para eles. O marido, caminhoneiro desempregado há nove meses, durante os dias "quebra-galhos" consertando guarda-chuvas na estação ferroviária de Santo André. E dorme no sítio de um amigo, em Suzano. O filho mais velho foi para a casa de uma tia, em Mauá. A família se vê somente nos finais de semana.

Estão esperando as madeiras e telhas prometidas pela prefeitura de São Bernardo, para construir um barraco no Sítio dos Vianas e voltarem a se reunir. Os móveis estão guardados em casas de estranhos, pertencentes à comunidade de base, que ofereceram esse favor.

Apesar da ajuda de "Gracinha", Araci está sofrendo privações. Falta dinheiro para comprar leite-em-pó para o filho caçula. No dia 7 de janeiro, quando falou a TP, ela estava desesperada. Tinha procurado leite na prefeitura de São Bernardo e na Legião Brasileira de Assistência, sem êxito. Sentia dores e não tinha quem a levasse a um hospital. Araci ficou 8 meses no Jardim Estádio. Invadiu um apartamento quando, desempregado, o marido não pôde continuar pagando o aluguel de Cr\$ 120 mil em abril de 85, por dois cômodos no Jardim Santa Cristina.

Maria José da Silva (Zeza) foi uma figura que ficou ligada à violência policial praticada naquele dia. Ela é a mulher grávida que as televisões mostraram sendo levada para o hospital. "Apanhou muito", conta seu marido Otávio Araújo, 34 anos — tapeceiro que sobrevive fazendo 'bico' como sergente de pedreiro — enquanto ergue o barraco de 4 m por 4, no Sítio dos Vianas. Os filhos do casal, de 7 e 8 anos, estão na casa da avó, onde Zeza também passa o dia e faz as refeições.



Zeza: "Caí, retornei, levei outro pontapé"

Zeza levou dois pontapés por trás, no corre-corre das 17h30, o pior confronto do dia. Ela estava ao lado do vereador Geraldo Granela (PT), quando este foi agredido. "Estávamos todos sentados no chão, quando fechou a pancadaria. Tentei me levantar, mas as pessoas me derrubavam. Então o Granela me estendeu a mão. Nessa hora ele recebeu uma cassetada na cabeça, pelas costas, e caiu. Voltei pra socorrê-lo e fui chutada pela primeira vez. Caí, retornei, recebi novo pontapé. Outros policiais chutavam o Granela no chão. Até aquela hora eu o confundia com um padre, e comecei a gritar para os PMs: 'você mataram o padre!' Isso

chamou a atenção das pessoas e dispersou os guardas. Minha pressão subiu, desmaiei depois de vomitar muito. Fui socorrida por amigos e fiquei duas horas em observação no Hospital Municipal de Santo André."



Salete, urinando sangue

Benedita Salete da Silva, 31 anos, quatro filhos, desde o último parto, em 81, tinha uma hérnia de umbigo. No dia do despejo, por volta das 10 horas, ela se abaixou para escapar de uma cassetada e recebeu um pontapé na barriga, dado por outro PM, assim que se reergueu. O caroço desceu para a região pélvica, aumentou muito, e Salete está urinando sangue. "Nem costurar mais eu posso. As dores são muito fortes", diz ela.

Os policiais espancaram, também, um rapaz com problemas mentais, de cerca de 18 anos, levado para o 3º DP, em Vila Pires, o mesmo em que foram parar os deputados Geraldo Siqueira e Paulo Frateschi, do PT, o padre José Mahon e o seminarista José Carlos Demarchi, presos quando tentavam convencer motoristas a não transportar as mudanças.

Outra pessoa que apanhou muito foi Maria das Graças Paulino. Presidente do MDDF, residente no Sítio dos Vianas. Ela esteve o dia todo no conjunto, em solidariedade aos amigos. Recebeu um golpe de cassetete na cabeça que lhe valeu oito pontos. A televisão mostrou-a ensanguentada discutindo com os PMs que a agrediram. Ela explica sua participação no conflito. "Nosso movimento luta pelo direito à moradia e à terra. Os favelados que invadiram o conjunto tinham consciência de



A violência foi indiscriminada

que aquelas casas foram construídas com o dinheiro do trabalhador, e abandonadas. Entraram nelas pensando em negociar com as autoridades para comprá-las. Ninguém queria ficar de favor. Quando a situação ficou difícil e os amigos em apuros, eu não poderia fugir. Participei com eles da resistência. Aquele dia eu queria ser 10, estar na entrada de cada bloco, onde os PMs se concentraram."

Graça foi ferida ao enfrentar os policiais que agrediam o deputado José Cicote (PT). "Os PMs fizeram um cerco em volta do Cicote e um oficial avançou sobre ele, tentando imobilizá-lo. Eu comecei a gritar que o largassem: 'Ele tem imunidade parlamentar, parem com isso'. Não senti a pancada; apenas vi o sangue escorrer".



Graça: "Eu queria ser 10".

AUTORIDADES TEMIAM MORTES

Além dos 800 homens que atuaram na repressão aos invasores, o comando da operação ainda tinha a sua disposição seis caminhões com soldados do Batalhão de Choque da PM/SP, aguardando instruções no cento de Santo André. Não chegaram a ser requisitados. O coronel Emygdio Gabriel, assessor militar do Secretário da Segurança, Michel Temer, explicou que a mobilização de todo este contingente foi uma tentativa de intimidar os invasores, para evitar reações. "Temíamos que ocorresse mortes nesses choques. Sabíamos que o clima seria tenso de ambos os lados. Infelizmente, a estratégia não deu certo".

O mesmo temor da ocorrência de mortes no confronto populares/policiais determinou a suspensão da operação-despejo em 26 de novembro, última tentativa antes da execução da sentença. A decisão partiu do comandante regional da PM, coronel Durval Santos Rosa, que encaminhou às autoridades um relatório explicando seus motivos. Naquele dia haviam sido mobilizados 63 PMs de São Bernardo e 220 de Santo André — 1/3 do efetivo utilizado em 16 de dezembro sob o mesmo comando.

Igual receio da ocorrência de mortes



Os PMs invadiram o conjunto às 6h e cortaram a luz. Minutos depois a cavalaria rompeu os cordões humanos e dominou os manifestantes

levou a agência do BNH em São Paulo a interferir na negociação entre a comissão de representantes dos invasores e a Cooperativa proprietária dos imóveis, mesmo sem ser parte direta no impasse. "O BNH é contra invasões. E se a Cooperativa não tivesse solicitado a reintegração de posse dos imóveis ocupados, recomendaríamos que o fizesse. Mas há um momento em que o direito de propriedade deve ficar em segundo plano. É quando há vidas em risco", afirmou à **Tempo e Presença** o assessor da gerência do banco, Orlando Pereira dos Santos. Ele acrescenta: "A única pessoa que poderia ter evitado o confronto era o presidente da Cooperativa, João Lins, como autor da ação de despejo".

Em 23 de dezembro o gerente do BNH em São Paulo, Octávio Vanini, remeteu ao presidente do Banco um dossiê em que expõe, em 57 itens, a ingerência da entidade junto à Cooperativa Habitacional dos Metalúrgicos do ABCD e os organismos habitacionais do Estado, visando uma solução negociada. O item 55 é uma crítica a João Lins. "Faltou-lhe sensibilidade para o problema social. Entendemos que pela amplitude do problema, o aspecto social deveria sobrepor-se à defesa do direito de propriedade, pelo menos no prazo solicitado pela Agência (BNH), de 60 dias, viável a uma solução negociada politicamente".

A intervenção do BNH na questão começou em 23 de maio de 84, 25 dias após a invasão. Em carta endereçada ao então presidente do banco, Nelson da Matta, o Ministro do Interior, Mário Andreazza, pede-lhe que mande verificar o que ocorre a respeito, "com vistas a obter do sr. João Lins, presi-

dente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Caetano do Sul, prazo de tolerância durante o qual poderia ser encontrada, através de negociações, solução conciliatória dos interesses dos proprietários dos imóveis invadidos e dos atuais ocupantes". Oito dias antes o ministro havia recebido carta da comissão de representantes dos invasores, que manifestavam o desejo de comprar os apartamentos e pediam condições apropriadas de negociação.

A última participação do banco ocorreu já na tarde de 16 de dezembro, em pleno curso do despejo, e depois de muita violência policial. Jair Meneguelli, presidente da Central Única dos Trabalhadores, do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e membro da comissão de negociações, obtém de João Lins o compromisso de suspender por 60 dias a execução do restante da sentença, se recebesse do BNH documento endossando sua atitude. Repetiu o compromisso à gerência do Banco, que imediatamente expediu o telex **AG-07-0000/263/85** nesse sentido, assinado pelo gerente Octávio Vanini.

Mas Lins não esperou para receber o documento ao qual deveria acrescentar seu parecer para que o Juiz Natanael Soares mandasse sustar a ação. Deixou o Sindicato e "desapareceu" durante dois dias. À **Tempo e Presença** admitiu tê-lo feito: "Eu não fugi. Apenas **saí fora**, porque eles estavam tentando me forçar a assinar um acordo que não existe: o de suspender a liminar. Mas fiquei entre São Caetano e Santo André, acompanhando todo o movimento".

Lins disse sentir-se vitorioso com a retirada das famílias. "Aquilo foi uma invasão política, orquestrada pela

CUT, o PT e a Igreja". Não havia nenhuma conotação de necessidade no movimento". Ele nega também que tenha havido violência no despejo das famílias. As mesmas afirmações foram repetidas por um dos 14 juizes de Santo André, — após pedir para não ser identificado, apelando à ética jornalística.

"A polícia cumpre ordens emanadas do Judiciário. E para fazê-lo pode usar a força necessária. Foi o que ocorreu. Os invasores estavam preparados para a resistência, orientados por religiosos e políticos, em grupos organizados para perturbar. Foi a 5ª vez que a polícia tentou entrar no conjunto. Dessa vez, a ordem foi para fazer isso mesmo: colocar para fora quem estivesse ali à revelia de todo o amparo legal, resistindo à ordem judicial".

O presidente da Cooperativa, João Lins Pereira, é também presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Caetano do Sul. É delegado regional do PMDB, partido em que ingressou após ser expulso do PT, em 1981. Sua expulsão foi pedida pelo vereador Silvío Elmi (PT/SP), por sua prática sindical. Lins é acusado de ter fraudado as três últimas eleições (75, 78 e 81) para permanecer no cargo.

PT E IGREJA RESPONDEM

O vereador Antonio Carlos Granado (PT), Secretário de Movimentos Populares na Diretoria Executiva Regional do PT, atribui a João Lins e ao juiz Natanael Soares Firmino, da 5ª Vara Cível de Santo André, as responsabilidades pelos incidentes. "As invasões são um fato social que existe há anos, muito antes da criação do PT e da CUT. O problema chama-se déficit habitacional e exige resposta do governo." Para Granado, Lins é bode expiatório de interesse maiores. "Que cacifes têm o presidente de uma cooperativa habitacional e um Juiz de direito para ignorarem pressões de autoridades locais, estaduais e federais, que desejavam uma solução negociada?"

Padre Luiz Carlos Ravázio, da Diocese de Santo André, fala na ausência do bispo dom Cláudio Hummes. "A igreja de Santo André nunca instigou ocupações de propriedades, mas esteve presente nas manifestações por haver tomado a posição de defesa de pessoas que naquele instante corriam risco de vida, com o objetivo de colaborar para que a violência não se instalasse. Haviam ali 450 famílias invasoras. Parece-me que isso denota mais a realidade terrível da falta de habitação, do que "orquestração". E diante desse drama a Igreja não pode se omitir".

Chacina em Marabá

A verdadeira guerra civil em que se transformou a luta agrária no País sacrificou 154 trabalhadores rurais em 1985. Esse número traduz um grande avanço da violência no campo em relação ao ano anterior, quando foram assassinados por problemas de terra 116 trabalhadores e líderes rurais. Foram novas vítimas da carnificina patrocinada por poderosos latifundiários - fazendeiros e grileiros - que contratam a peso de ouro, matadores profissionais para "limpar" áreas de conflito. E assim, manter para especulação propriedades improdutivas ou sub-utilizadas, enquanto 12 milhões de agricultores não têm terra para prover o sustento de suas famílias.

Essa estatística não inclui as mortes de índios e de lideranças rurais - agentes pastorais, sindicalistas, advogados e religiosos dedicados à luta pela reforma agrária -, nem as baixas sofridas pelos grupos ligados aos mandantes dos crimes, como os próprios fazendeiros, jagunços e até policiais e funcionários públicos. Somados os

três grupos, o número de mortes em conflitos de terra até 4 de dezembro eleva-se a 218, segundo dados das CPTs, Contag, Federação de Trabalhadores Rurais, CIMI e noticiário da grande imprensa.

Foram crimes muitas vezes precedidos de torturas, como o que atingiu cinco colonos assentados pelo governo às margens do rio Itacaiunas, em Marabá, estado do Pará, ocorrido em 27 de setembro, e que ficou conhecido como a "chacina da Fazenda Princesa".

Mais grave que os assassinatos brutais, são as conseqüências sociais da má distribuição da terra. Um estudo realizado em 1984 pelo Instituto de Planejamento Econômico e Social (IPEA), órgão da Secretaria de Planejamento da Presidência da República, indicou que naquele ano - quando a população total do País somou 128.262.206 de habitantes, segundo o IBGE - a fome atingiu 86 milhões de brasileiros.

CILADA E TORTURAS

As vítimas da "chacina da Fazenda Princesa" foram cinco lavradores - entre eles um índio kaiapó -, mortos a mando do fazendeiro-garimpeiro **Marlon Lopes Pidde**, de 29 anos, goiano, residente em Imperatriz (MA). Segundo denúncia da Comissão Pastoral da Terra de Marabá, o fazendeiro participou das torturas e assassinato dos colonos, fugindo em seguida, na companhia dos jagunços. As causas do massacre ainda não foram esclarecidas, uma vez que os lavradores não invadiram as terras de Marlon Pidde.

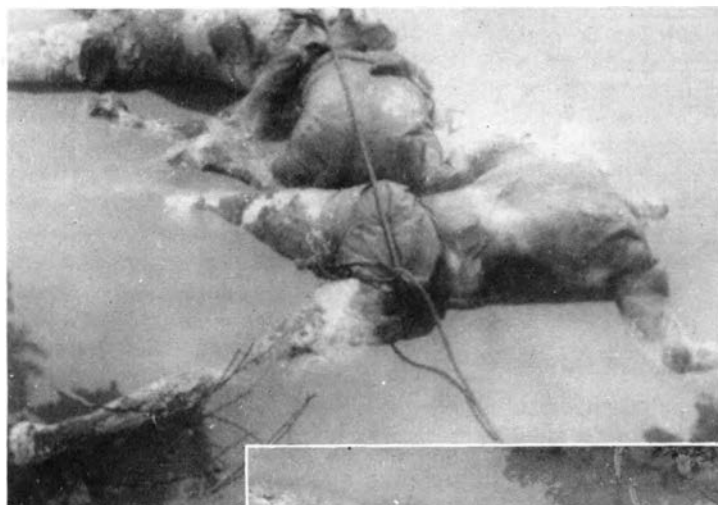
Os mortos foram Ezequiel Pereira dos Santos, 50 anos, (o índio); os gêmeos Manoel e José Barbosa da Costa, 38 anos; José Pereira de Oliveira, 28 anos, e Francisco Oliveira da Silva, 55 anos. Todos casados e naturais de Marabá. Este foi o segundo assassinato coletivo de trabalhadores rurais na região. Os dois episódios fizeram 13 vítimas em menos de quatro meses. O anterior, ocorrido em junho, atingiu oito trabalhadores na chacina praticada no Castanhal Ubá, que fica no município de São João do Araguaia.

A Fazenda Princesa está localizada na margem esquerda do rio Itacaiunas, município de Marabá. Os trabalhadores mortos por seu proprietário foram assentados pelo GETAT - Grupo Executivo de Terras do Araguaia Tocantins - numa área limítrofe à propriedade de Marlon Pidde.

Ezequiel Pereira caiu numa cilada executada por pistoleiros e os demais foram seqüestrados e levados à força até a sede da fazenda, onde o grupo foi torturado e morto.

Na tarde do dia 26 de setembro, o capataz Lourival Chaves da Rocha e dois pistoleiros armados foram à casa de Ezequiel levar um "recado" do fazendeiro. Disseram ao lavrador que Marlon Pidde e a juíza de Marabá o esperavam na sede da fazenda Princesa e precisavam conversar com ele. Antes de partir, recomendaram ao colono que levasse a rede, pois deveria pernoitar por lá. Ezequiel os acompanhou.

Na manhã do dia 27, as outras vítimas faziam farinha numa propriedade próxima à Ferrovia dos Carajás, quando foram surpreendidas pelo mesmo trio que levava o índio na véspera. Sem explicações, os pistoleiros amarraram os colonos, atiraram-nos a uma canoa



Oito dias após a chacina, corpos são resgatados ainda presos uns aos outros.

e os conduziram à sede da fazenda, onde Marlon chegou no início da tarde, acompanhado de mais dois pistoleiros.

Teve início uma violenta sessão de torturas. Antes de serem mortos por Marlon e seu grupo, os colonos foram barbarizados e presos sobre formigueiros. Terminado o "serviço", os corpos foram amarrados uns aos outros pelos tornozelos e cinturas, atados e pedras e jogados no rio. Por volta das 18 horas, segundo denúncias feitas à CPT por testemunhas ameaçadas pelo fazendeiro — Marlon cruzou o Itacaiunas, em direção à Fazenda Maravilha, onde o proprietário Rubens Neves, de quem é amigo, lhe emprestou uma camionete D-10 para fugir.

RESGATE DOS CORPOS E DENÚNCIAS

Os crimes foram denunciados às autoridades de Marabá oito dias após praticados, pelas próprias viúvas. (A demora deveu-se às más condições de

locomoção e grandes distâncias da área). Nesse mesmo dia, 5 de outubro, uma diligência comandada pelo capitão PM Saldanha retirou do rio três corpos: o de Ezequiel e os dos gêmeos. Os outros dois continuam desaparecidos. As vítimas ainda estavam atadas por cordas. Antes os policiais estiveram na Fazenda Princesa e encontraram marcas de sangue no local em que os lavradores foram torturados. O resgate e os enterros foram custeados pelo Getat.

Os corpos das vítimas chegaram a Marabá na noite de 7 de outubro. Foram velados pela população e sepultados no dia seguinte, após missa realizada na Catedral.

A direção local da CPT denuncia em comunicado distribuído à população e autoridades: "Até hoje sabíamos apenas de mortes de posseiros. Com essa chacina a situação mudou. Também os colonos passam a ser eliminados pelo braço armado do latifúndio. O que as-

sistimos é um verdadeiro 'genocídio de camponeses'. As viúvas e os órfãos aumentam a cada dia. Até quando perderá essa matança?"

Após condenar a impunidade dos assassinos e a inoperância do Judiciário, a nota acentua: "Exigimos que todos os mandantes de assassinatos de trabalhadores rurais sejam presos e que suas terras sejam confiscadas para fins de Reforma Agrária, pois esta será a única forma de resolver a situação pela sua raiz!"

E prossegue: "A demora na aplicação da Reforma Agrária, que nunca sai do papel, favorece essa situação, pois grandes extensões de terra de nossa região permanecem improdutivas, retidas nas mãos de uma oligarquia rural reacionária, incompetente e violenta, que não produz e não deixa produzir. A desapropriação imediata dessas terras, com o assentamento de lavradores, em muito diminuiria as tensões na área". (RE)

A dor dos impotentes a fúria da violência

A propósito da chacina dos cinco colonos em Marabá, um padre que trabalha na região, enviou a seguinte mensagem à "Tempo e Presença":

"Os pobres ainda têm rosto? Vejam: Olhem os restos, os cacos em que deixaram nossos irmãos. Seguem fotografias, mas na verdade a crueldade foi muito pior e não há como revelá-la. Esta noite houve missa por estes chacinados a ferro e fogo, cujos cadáveres foram lançados nas águas profundas do rio Itacaiunas. **Para os fazendeiros, os 'posseiros' não podem existir nem depois de mortos.** Mas os corpos boiarão e foi possível descobrir tudo! É como se fosse luz a surgir depois de oito dias de trevas. Há cinco viúvas rodeadas de filhos a chorar por seus pais, que não existem mais. Meu Deus, o que fazer? Como não sentir dor? Como não ser solidário? Como não chorar?"

O braço do latifúndio está armado e está protegido. O capital e o boi têm que pisar firme e serem os únicos reis nessa terra. **O verde da Amazônia está ficando vermelho do sangue de seus filhos. As águas limpidas dos belos rios estão escuras e amargas, misturadas ao luto de seus filhos. As ruas de Marabá são tristes,**

ao verem desfilar cordões de pistoleiros, de grileiros sanguinários. Na Catedral, hoje, se reza, se chora e conta-se a memória dos mártires. Nos restaurantes e nas sedes das fazendas, os grandes condenam essa igreja comprometida, que se arrisca e fica ao lado dos pequenos, das vítimas, dos chacinados.

Coragem irmãos!
Marabá, 24/10/85.

PARA, O ESTADO MAIS VIOLENTO

Com 54 mortes registradas, o estado do Pará liderou, em 85, a onda de violência contra trabalhadores sem terra. Minas Gerais ficou em 2º lugar, com 26 baixas. A seguir vieram Maranhã (20); Pernambuco (13) e Bahia e Goiás, com 9 cada. Somente no Sul do Pará existem 67 áreas de conflito, envolvendo mais de 30 mil famílias em 12 municípios, inclusive o de Marabá, Ai a tensão é extrema. Um encontro regional realizado entre 2 e 4 de dezembro, reunindo 210 trabalhadores rurais representantes de 30 entidades, para debater a Reforma Agrária, denunciou, em documento remetido às autoridades, que "o poder público não tem sido suficiente sequer para frear o aumento da vio-

lência". Exigiu a imediata aplicação da Reforma Agrária, "de acordo com os interesses dos trabalhadores" e a imediata extinção do Getat, "que só tem contribuído para retardar a solução dos graves problemas de terra na região".

EZEQUIEL VINGADO

Em 6 de novembro, cerca de 100 posseiros de **Aripuanã**, estado do Mato Grosso, emboscaram e mataram o fazendeiro Osmar Bruno Ribeiro, que em 24 de junho mandou matar, na mesma região, o padre Ezequiel Ramim, que defendia posseiros da Fazenda Catuva, de 60 mil hectares, que o fazendeiro pretendia grilar. Bruno tinha o hábito — fartamente denunciado — de pagar policiais e pistoleiros para torturar e humilhar colonos. Com ele foi morto o jagunço Ademar de Souza.

1985 encerrou-se também com o primeiro registro de prisão de um pistoleiro pago para matar colonos. Conhecido por **Tabaquinho**, o criminoso confessou ter recebido Cr\$ 4 milhões do fazendeiro Ezaú Rodrigues de Lima para assassinar o lavrador Juracy José Alves, em novembro de 84, na Fazenda Barreiro, município de Iturana.

Brancos e negros em paz

Oitenta mil sul-africanos, brancos e negros, deram ao mundo — e em particular ao governo segregacionista do país, chefiado por Pieter Botha — uma prova de que as duas raças podem viver em harmonia. A demonstração, realizada no domingo, 12 de janeiro, reuniu em uma maratona musical promovida num estádio de Johannesburg, bandas estrangeiras e grupos folclóricos nacionais. Abraçados e cantando *rock* e *reggae*, brancos e negros ignoraram as barreiras políticas, econômicas e sociais impostas pelo regime de Pretória — e que cerceiam contra sua vontade e a despeito da condenação da opinião pública mundial — as possibilidades de uma convivência igualitária e pacífica.

No mesmo dia, o líder de uma tribo negra, que deveria reunir-se com o Sub-secretário de Estado do governo americano para assuntos da África do Sul, foi encontrado morto num dos subúrbios de Johannesburg, poucas horas antes da audiência prevista.

O ano de 86 começou sem perspectivas de distensão na política de segregação racial imposta aos 25 milhões de negros e mestiços pelo governo de minoria branca. No dia 6, o presidente Botha demitiu 20 mil mineiros grevistas que trabalhavam nas minas de platina da Impala Platinum Holdings Ltd., considerada uma das maiores do Ocidente. Eles exigiam reajuste salarial e melhores condições de trabalho. O presidente determinou, ainda, que após a quitação trabalhista os demitidos fossem transportados para fora de Bophuthastwana, território localizado a 170 quilômetros de Johannesburg, declarado independente pelo governo.

Dois dias depois — quando a medida já havia atingido 13.800 cidadãos — outros três mil mineiros negros reuniram-se em solidariedade aos colegas demitidos. Nesse mesmo dia o governo francês anunciou a imposição de sanções econômicas ao regime de Pre-



17/12/85, Praça da Sé, São Paulo (SP): 15 mil pessoas repudiam o *apartheid*.

tória. As medidas englobam o embargo da venda de armas, petróleo e material "sensível" para o Exército e Polícia sul-africanos, além da proibição da assinatura de novos contratos no campo nuclear.

O anúncio da decisão francesa coincidiu com a visita de parlamentares norte-americanos à África do Sul para avaliar os efeitos das sanções econômicas impostas ao país pelos Estados Unidos. Um dos integrantes da comitiva, o deputado democrata da Pensilvânia, Peter Kostmayer, e o presidente Botha, trocaram insultos durante uma audiência oficial. Acusaram-se reciprocamente de "branco liberal" e "branco reacionário". Os parlamentares americanos foram impedidos de visitar Nelson Mandela, o principal líder do proscrito Congresso Nacional Africano, o principal grupo de oposição ao regime, colocado na clandestinidade pelo go-

verno. Segundo familiares, Mandela passou o Natal em cela isolada, na prisão de Pollsmoor, província do Cabo. Há 23 anos ele cumpre pena de prisão perpétua acusado de terrorismo.

As turbulências marcaram, também, o final de 85, computando mais 65 mortes ao cadastro das violências praticadas em 22 meses de distúrbios raciais no país. No dia 23, um atentado a bomba contra um supermercado próximo à cidade de Durban matou sete brancos. Nos dois dias seguintes, confrontos entre guerreiros pondo e zulus totalizaram 58 mortes. Nove delas haviam ocorrido em novembro, no primeiro combate entre os 5 mil guerreiros das duas tribos, armados de machados, barras-de-ferro e porretes. (Os pondo são acusados pelos zulus de tratarem com "simpatia" o regime de Pretória). Os choques deram-se em área próxima

à favela de Kwa-Makhuta e do gueto zulu de Umbumbulu, a cerca de 30 km. de Durban.

WINNIE, E A RESISTÊNCIA

Dezembro foi um mês particularmente agitado para Winnie Mandela, que aos 51 anos, lidera, juntamente com o bispo anglicano de Johannesburg, Desmond Tutu, Nobel da Paz de 1984, a resistência civil ao regime segregacionista. A líder negra (capa de TP na última edição), foi detida pela polícia nos dias 21, 23 e 31, acusada de desrespeito a ordens governamentais, por voltar para sua casa no gueto negro de Soweto, nos arredores de Johannesburg.

Na condição de banida desde 1977, Winnie é obrigada a viver confinada na província rural de Brandfort, no estado livre de Orange, região central do País. Em agosto a casa em que morava foi destruída a bombas, em atentado que ela atribui à polícia de Pretória. Desde então decidiu voltar para Soweto, mesmo desafiando o regime. Chegou a fa-

zê-lo nos dias 21 e 23, quando foi arrancada à força de sua residência, levada ao Tribunal de Justiça, e libertada em



REGINA VILELA
"Não podemos nos calar ante a odiosa política de segregação..."

seguida, após ser intimada a reapresentar-se para ser julgada em 22 de janeiro.

Na terceira tentativa foi interceptada na estrada por uma patrulha policial e retirada do carro com violência, aos gritos de **não toquem em mim**. Passou a noite na delegacia de Krugersdorp, e foi libertada na manhã seguinte, mediante o pagamento de fiança correspondente a Cr\$ 1,6 milhão. Os governos da China e EUA protestaram oficialmente contra as perseguições a Winnie Mandela, e o Tribunal de Justiça de Johannesburg adiou seu julgamento, sem definir a nova data.

No início do mês, entre os dias 4 e 7, ela esteve "internada" numa clínica médica dessa mesma cidade. Foi após discursar diante de 45 mil manifestantes e representantes de 11 embaixadas, que compareceram aos funerais de 13 ativistas negros mortos em choque com a polícia. Winnie ignorou, na ocasião, uma lei que há 23 anos a impede de reunir-se e de falar em público.

Cresce solidariedade internacional

No dia 17 de dezembro 15 mil pessoas reuniram-se na Praça da Sé, em São Paulo, num ato público de repúdio à política segregacionista do governo sul-africano. A manifestação, iniciada às 18 horas, com um culto ecumênico presidido pelo cardeal d. Paulo Evaristo Arns e o rabino Henry Sobel, contou com a participação de representantes de grupos umbandistas, partidos políticos, artistas, entidades sindicais e de classe, além de vários segmentos do Movimento Negro.

Em nome dos participantes, o compositor Chico Buarque de Holanda leu um documento assinado por 36 entidades que pedem ao governo brasileiro o rompimento de todos os vínculos diplomáticos e comerciais ainda mantidos com a África do Sul. Chamando "Nosso Compromisso", o documento começa enumerando as vítimas do regime de Pretória. "Mais de 900 negros mortos em 18 meses. Seis mil negros presos em quatro meses de vigência do estado de emergência. Quarenta e um negros mortos em apenas uma semana de repressão policial em novembro". E prossegue: "Não podemos nos calar ante a odiosa política de segregação que torna a maioria negra exilada dentro de seu próprio país, sujeita

a todo tipo de humilhações, impedida de circular livremente, proibida de escolher sequer seu lugar de moradia".

E destaca: "... O Brasil está na obrigação de romper os vínculos diplomáticos e comerciais remanescentes, como única forma de expressar nosso repúdio ao regime de Pretória. Exigimos do governo brasileiro que adote imediatamente esta atitude clara e corajosa!"...

Em 10 de dezembro, o Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil (CONIC), enviou telegrama ao Conselho Sul-africano de Igrejas (CSAI) manifestando sua solidariedade com a luta contra o regime de segregação racial. Diz o documento: "No momento em que os povos comemoram o 37.º aniversário da Declaração dos Direitos Humanos, o CONIC, reunido em Porto Alegre, expressa sua solidariedade com aqueles que, por sua legítima discordância do regime de **apartheid**, se encontram em sofrimentos, presos, exilados ou enlutados. Conosco rejeitamos e condenamos o regime de **apartheid** e sua ideologia".

O CONIC manifesta, ainda sua solidariedade ao CSAI e demais igrejas da África do Sul, "por sua luta não violenta pelo estabelecimento de

uma sociedade em que estejam garantidos a Justiça e os direitos fundamentais do homem a todos os cidadãos" e coloca-se à disposição do CSAI sobre outras formas de apoio que possa dar. O telegrama é assinado pelo bispo católico Ivo Lorscheiter, presidente do Conselho, o pastor luterano Augusto Kunert, vice-presidente, o bispo metodista Sady Machado da Silva, e o reverendo Orlando Santos de Oliveira, da Igreja Episcopal.

Nos EUA, o bispo anglicano de Johannesburg, Desmond Tutu, Nobel da Paz de 84, recebeu cartas contendo assinaturas de um milhão de cidadãos norte-americanos que pedem o fim do regime segregacionista na África do Sul. Os pacotes foram entregues em manifestação pública na cidade de Washington, próximo à embaixada sul-africana naquela capital. No discurso de agradecimento, o bispo pediu ao governo norte-americano a aplicação de sanções mais drásticas contra o regime de Pretória, citando como exemplos a política dos EUA em relação à Polônia, Líbia e Nicarágua. "70% da população negra do meu país seria favorável à adoção dessas medidas", disse Desmond Tutu.

O Sínodo dos Bispos e a Igreja, hoje

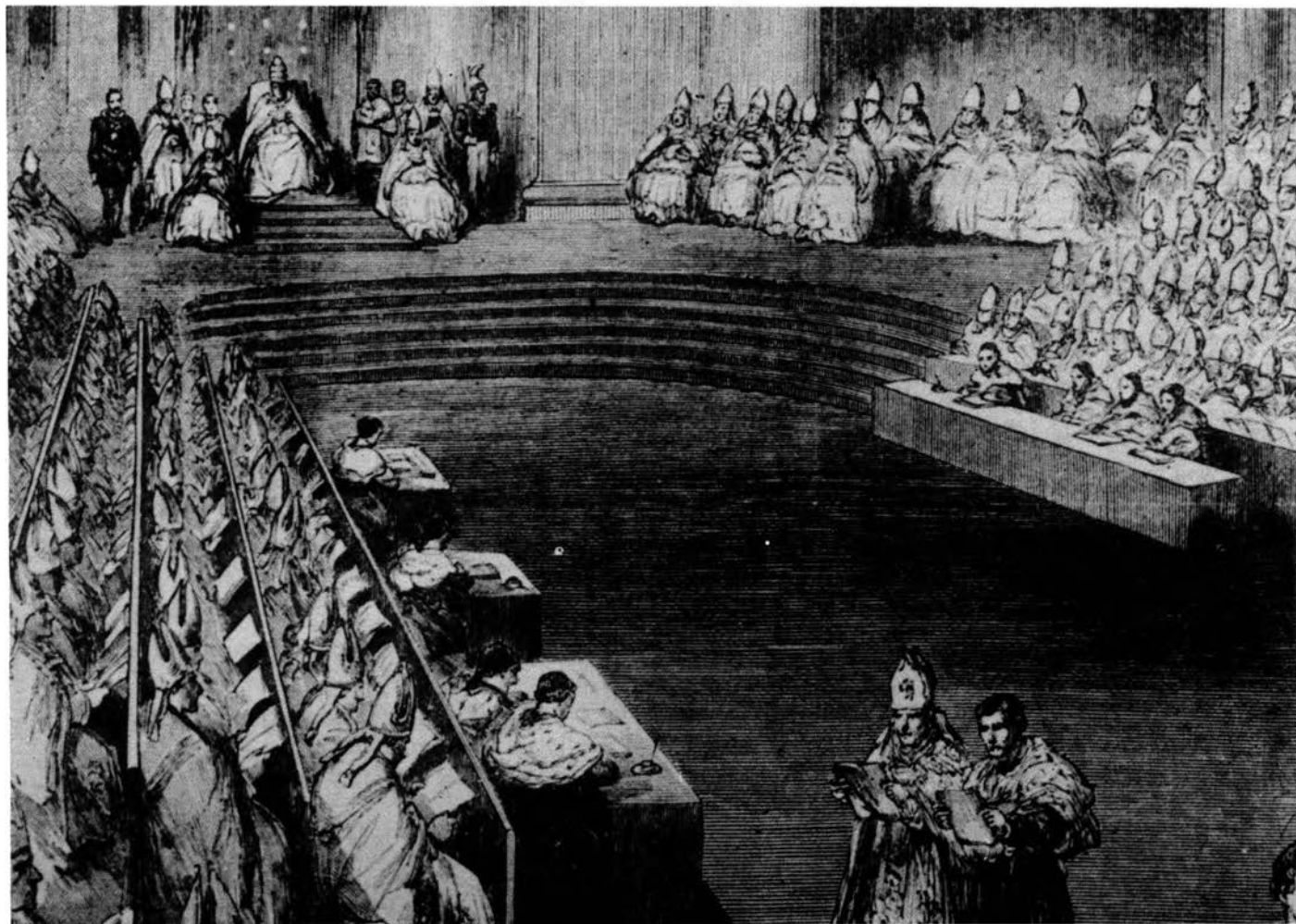
Dermi Azevedo

O Sínodo dos Bispos, sobre os vinte anos do Concílio Vaticano 2º, realizado de 24 de novembro a 8 de dezembro do ano passado, representou a oficialização, a nível da Igreja Universal, de um salto qualitativo no pontificado de João Paulo II. Oito anos depois de eleito, o Papa obteve um primeiro grande consenso em torno de sua autoridade e de sua linha de centro-direita, reafirmando seu apoio ao Concílio — redirecionando-o para uma ênfase espiritualista — e retomando, de certa forma, o controle político sobre a Cúria Romana, onde grupos de poder de ca-

ráter conservador vinham avançando de modo muito ousado, aproveitando os vazios deixados pelas viagens pontifícias.

Convém registrar que as análises sobre o Sínodo são bastante divergentes. O cardeal Paulo Evaristo Arns considera, por exemplo, que a assembléia sinodal "não trouxe grandes progressos, mas também não representou um retrocesso, reafirmando teses centrais como o ecumenismo e o respeito à inculturação, além, evidentemente, do próprio Concílio". Outro cardeal, d. Eugênio Sales, do Rio de Janeiro, destaca o consenso reinante no Sínodo, mas

observa que houve uma mudança de enfoque: o ponto de referência da Igreja, a partir de agora, é a visão do seu "mistério". O catedrático belga Jan Grootaers, de Lovaina, disse-nos, em Roma, que a reafirmação do Vaticano 2º foi um fato fundamental, mas que a tendência na Igreja "é o fortalecimento de uma linha de centro-direita". Outro vaticanista, o italiano Giancarlo Zizola, afirmou-nos que o Sínodo "foi mais um passo no processo de restauração que remonta à articulação, nunca abandonada, da minoria derrotada no Concílio". O jornal oficioso do Vaticano — L'Osservatore Romano — publicou artigo, dia 8 de dezembro, afirmando que



O primeiro Concílio Vaticano foi realizado num dos transeptos da Basílica de São Pedro

houve dois Sínodos: o dos bispos e o dos jornalistas. O primeiro foi marcado pela unidade, pelo consenso e pela unanimidade em torno do Papa. O segundo foi o das divisões "artificiais" dentro da Igreja, das especulações e do secularismo. Mas a maneira como a imprensa é vista pelas hierarquias eclesiais é uma outra questão...

Se entendermos, num primeiro momento, a restauração como simples retorno ao passado — em sentido simplista —, podemos dizer que isto não ocorreu no Sínodo. Mas o cardeal Ratzinger não entendeu assim, no livro "Rapporto sulla Fede" ("A fé em crise") que esquentou o ambiente pré-sinodal. Ele falou, exatamente, de "uma volta ao centro, um novo equilíbrio na vida da Igreja". E isto está ocorrendo, ao nível da Igreja hierárquica central. Há uma visível mudança de enfoques e de ponto de partida. Alguns exemplos: o conceito básico da "Igreja-Povo de Deus", presente nos documentos conciliares, passa a ser relacionado, dependente, do conceito da "Igreja-mistério"; o caminho secular para a salvação parece, também, subestimado; privilegia-se a convergência sobre o espiritual no diálogo ecumênico (o Papa disse aos observadores das demais igrejas cristãs que as falhas no ecumenismo, nesses vinte anos, deveram-se basicamente ao esqueci-

mento desse aspecto); sente-se uma espécie de monofisitismo (doutrina que não admite mais que uma natureza em Jesus Cristo) eclesialístico, enfatizando-se demasiadamente a dimensão espiritual da Igreja de Cristo e se esquecendo da encarnação de Jesus na vida concreta dos homens e da realidade da Igreja como sinal visível, palpável de libertação. Além disso, o mundo é visto numa perspectiva pessimista. O pluralismo é conotado como divisão, manipulação ideológica. A prioridade é a recuperação da identidade da Igreja, ameaçada por forças internas e externas.

SINAIS POSITIVOS

Se a orientação central predominante é esta — de reinterpretação do Concílio sob o pretexto de defender a sua integralidade, a sua leitura "autêntica" —, há sinais positivos em curso, pelo que pudemos sentir no Sínodo. Alguns deles: a juventude da Igreja africana, sintonizada com a cultura do seu povo e aberta para o diálogo com as religiões autóctones e, particularmente, com o Islã; a nova consciência das Conferências Episcopais do Canadá e Estados Unidos, voltada para o Terceiro Mundo; a postura de algumas Conferências europeias, como as da França e Inglaterra; a posição de personalidades abertas aos sinais dos tempos,

como o cardeal Aloisio Lorscheider, o arcebispo Denis Hurley, da África do Sul, o arcebispo boliviano Terrazas Sandoval e o africano Anselme Sanon, de Bourkina-Fasso, entre outros.

Quanto aos documentos finais do Sínodo, são marcados, em grande parte, pela ambigüidade. Podem ser pinçadas citações favoráveis à opção preferencial pelos pobres e trechos condenatórios ao pluralismo. Os documentos devem ser situados em um contexto mais amplo, neste e noutros casos.

Por último, uma preocupação e uma palavra de esperança. A preocupação é com a já forte articulação dos movimentos de caráter neoconservador que se preparam para hegemonizar o próximo Sínodo dos Bispos, de 1987, sobre os leigos. É bom dizer que, pela primeira vez desde que foi criado dentro da democracia cristã italiana, o movimento "Comunhão e Libertação" esteve oficialmente representado em um Sínodo. A esperança nasce da visualização de uma prática nas bases. Por mais que soprem ventos restauradores, centralistas, autoritários na Igreja, há uma prática diferente nos povos cristãos e empobrecidos do Terceiro Mundo. Esta prática é construída na linha simples e libertadora do Evangelho...

A mulher no Sínodo

A participação da mulher no Sínodo dos Bispos sobre os vinte anos do Concílio Vaticano II merece uma atenção particular, reveladora, em certo sentido, do nível de participação institucional feminina na Igreja. Se formos estabelecer uma tipologia, poderemos dizer que essa participação foi marcadamente dos movimentos, das religiosas não contestadoras. Um outro fato paralelo e marginal ao Sínodo também merece atenção: a "missa" que a enfermeira norte-americana tentou celebrar no Altar da Confissão, da Basílica de São Pedro, protestando contra o que chamou de "discriminação contra a mulher" na Igreja Católica.

Dois tipos de religiosas participaram do Sínodo: 1. a religiosa-padrão da Igreja de João Paulo 2.º, madre Teresa de Calcutá, politicamente conformista e não contestadora. Procu-

rada pelos repórteres para comentar o Sínodo, respondeu simplesmente: "O Papa já disse tudo"... Transportada do seu excepcional serviço aos deserdados, mesmo assistencialista, madre Teresa é levada, freqüentemente, a fazer declarações conformistas sobre questões complexas como o aborto e o controle da natalidade; 2. A religiosa com tarefas de direção neste campo, como foi o caso da canadense Katherine McDonald, representando as superiores gerais. Seu discurso foi sereno: sem ter caráter anticonformista, conseguiu dizer que a Igreja tem que reconsiderar sua posição tradicional quanto à presença eclesial da mulher.

A leiga Paola Soave, do movimento "Comunhão e Libertação", teve a presença mais conservadora entre as mulheres do Sínodo. Ao sair da assembléia, deu entrevista ao "Cor-

riere della Sera" em que afirmou ter feito um apelo aos bispos para que "não façam qualquer concessão à mulher na Igreja".

Quanto a Baby Burke, entrou na basílica vestida como padre carregando um pacote de manifestos. Mal começou o ritual da penitência, foi retirada pelos guardas suíços. No texto que escreveu, afirma que, vinte anos depois do Concílio ter condenado toda e qualquer discriminação, 165 homens estavam reunidos decidindo o futuro da Igreja. Em tempo: as mulheres — e os leigos — eram apenas auditores no Sínodo que é dos Bispos.

Efetivamente, a presença feminina no Sínodo não revelou a participação crescente da mulher na Igreja, sobretudo nas bases, em todos os continentes. Quem sabe, isto ocorrerá no Concílio Vaticano III (D.A.).

Os trabalhadores e a constituinte

(continuação do número anterior)

Movimento dos Sem Terra

A quem representava:

A primeira Constituição brasileira representava os interesses do IMPERADOR, que queria modernizar um pouco, o sistema de governo na Corte, e do Partido Português. De certa forma foi uma derrota para a aristocracia rural da época, que era mais realista do que o rei.

2.3 — Segunda Constituição Brasileira: 1891

Em 1889 foi proclamada a República e destituído o Imperador. O Brasil mudou. Acabara a escravidão. Chegavam os imigrantes italianos e alemães para trabalhar na terra. Crescia a produção de café. Apareciam as primeiras indústrias, controladas pelo capital inglês. Nascia a classe operária urbana e aumentava a influência dos militares na política.

Quem fez:

O Marechal Deodoro da Fonseca, que tinha liderado os militares para proclamar a República, chamou cinco conhecidos advogados e pediu a eles para escreverem um projeto, um esboço do que seria a Constituição. Esse grupo era coordenado por RUI BARBOSA.

Em 15 de setembro de 1890 foram convocadas eleições para eleger os deputados que iriam discutir e votar aquelas Leis.

Muito pouca gente pode votar: não podiam votar as mulheres (que eram a metade da população), os analfabetos (que eram 80% da população), os menores de 21 anos, os mendigos, os soldados e os religiosos. E ainda por cima, além de ser meia dúzia de eleitores, o voto não era secreto, era aberto. (Imaginem a pressão que os coronéis e os donos da terra faziam!).

Resultado: 25% dos deputados eleitos eram militares e o restante eram grandes latifundiários e grandes comerciantes.

Como foi:

Em junho de 1890, quando ficou pronta a CONSTITUIÇÃO PROVISÓRIA, feita pelo grupo de 5 pessoas, o Marechal Fonseca já baixou um decreto dizendo que ela valia, até os Deputados votarem. Em setembro de 1890 se elegeram os deputados. Em novembro, eles se reuniram e aprovaram praticamente tudo o que já estava em vigor.

Quem representava:

Essas Leis representavam os interesses da Oligarquia Rural, que era a grande força econômica da época. Os coronéis do interior e os "barões" do café.

2.4 — Terceira Constituição Brasileira: 1934

Muita coisa importante aconteceu no Brasil entre 1900 e 1930. Foi um período muito agitado na política brasi-



leira. Vamos relembrar apenas alguns fatos:

* Em junho de 1917, explode uma greve geral em São Paulo, com 45 mil operários parando tudo. Era a nascente classe operária que se organizava na luta por melhores condições de vida. Também já se falava em acabar com o capitalismo e com a exploração. A repressão aos movimentos operários dessa época foi violentíssima.

* Em março de 1922 é fundado o Partido Comunista do Brasil, com alguma força no meio operário. Em junho do mesmo ano foi colocado na ilegalidade.

* Em junho de 1922, os militares do Forte de Copacabana e da Vila Militar no Rio de Janeiro, rebelam-se. Tomam seus quartéis, na tentativa de dar um golpe para derrubar a Oligarquia do poder. Mas foram derrotados por falta de vinculação popular.

* Em junho de 1924 inicia o movimento dos "Tenentes" em São Paulo, com o objetivo de democratizar o estado brasileiro.

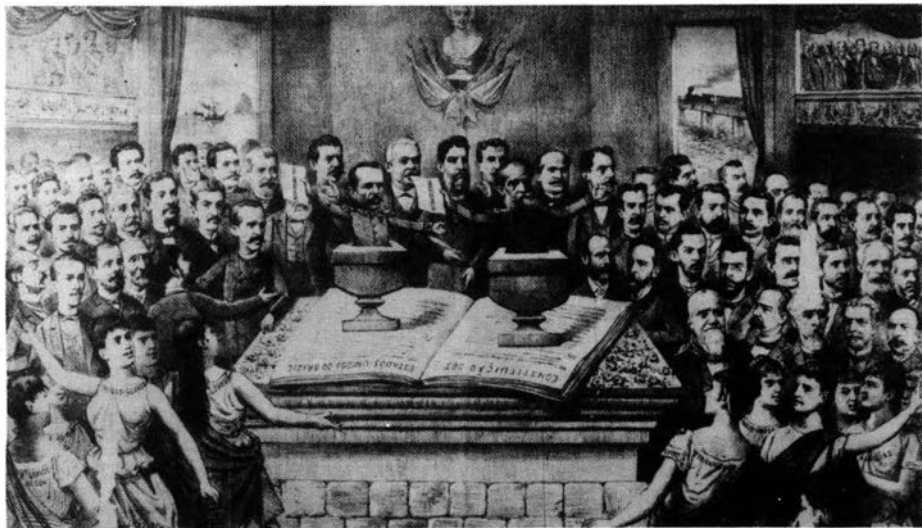
* Em 1925 inicia a Coluna Prestes, que percorreu até 1927 mais de 20 mil Km., combatendo as forças oficiais, e sempre vencendo.

* Em 1929 houve eleições gerais, mas o governo roubou as eleições de Getúlio Vargas.

Era a gota d'água! Getúlio organizou as tropas do Rio Grande do Sul que, aliados a outras do nordeste, partiram rumo ao Rio de Janeiro e derrubaram o governo. Era um golpe com nome e fama de REVOLUÇÃO. Getúlio assumiu o poder como provisório.

Esse governo provisório era uma espécie de ditadura. Para Getúlio interessava ficar o máximo de tempo no poder, para fazer as leis que queria sem consultar a sociedade. Ele dava a desculpa que precisava mudar a lei eleitoral do país. Enquanto isso, ficou baixando lei por conta própria. Em fevereiro de 1932 ficou pronta a mudança da Lei Eleitoral.

Nessa época, tinha nascido em São Paulo um movimento chamado: FRENTE ÚNICA PAULISTA, que era pró-CONSTITUINTE já e procurava pressionar o Getúlio para convocar a Constituinte logo e voltar o regime de legalidade. Em 9 de julho de 1932, esse movi-



Os constituintes do início da República

mento declara uma **Revolução Constitucionalista contra o Governo Provisório**. Mas o erro dos paulistas foi ter feito olho grande com o Movimento e, no meio da história da constituinte, começaram a falar em se separar do Brasil. Com isso, Getúlio conseguiu apoio dos outros estados, e as tropas federais derrotaram os rebeldes de São Paulo.

Mesmo assim, Getúlio se assustou e, em maio de 1933, convocou eleições para os DEPUTADOS que iriam fazer a nova Constituição.

Quem fez:

O voto era direto e SECRETO. Podiam votar homens e mulheres maiores de 21 anos. Não puderam votar ainda os analfabetos, os mendigos, soldados e religiosos. Só para ter uma idéia, mesmo sendo mais democrática do que a Lei Eleitoral de 1891, nessa eleição só puderam votar 5,7% da população brasileira.

Foram escolhidos 214 Deputados. Eles se reuniram e terminaram a Lei em julho de 1934.

A quem representava:

Essa Constituição representava os interesses conservadores da sociedade brasileira. E muito mais, os interesses de Getúlio Vargas, que saiu da Constituinte eleito Presidente da República e centralizando todo o poder nas mãos.

Os deputados eram, em sua grande maioria, paulistas, mineiros, baianos e gaúchos.

2.5 — Quarta Constituição Brasileira: 1937

De 34 a 37 a coisa esquentou bastante no Brasil. Na Europa, o negócio estava pior ainda: com o fortalecimento das idéias fascistas, nazistas. Com a força de Hitler e Mussolini.

Isso se refletiu diretamente no Brasil. Na política, tinha a AÇÃO INTEGRALISTA, os verdes, que representavam as idéias fascistas no Brasil. E o movimento operário, os liberais e o movimento dos tenentes se julgaram num grande movimento, parecido com as **Frentes Populares** anti-fascistas da Europa, que se chamou ALIANÇA NACIONAL LIBERTADORA.

Essa ANL, começou a organizar núcleos e em pouco tempo já tinha organizado mais de 50 mil pessoas em suas fileiras.

Aí, o Getúlio, que já andava de namoro com as idéias fascistas, queria ser um Ditador aqui também, se assustou com essa movimentação toda e deu o Golpe. Em 10 de novembro de 1939, fechou o Congresso, rasgou a Constituição de 1934 e se transformou em DITADOR absoluto. Fazia o que queria. E baixou um pau desgraçado em todos os opositores.

Quem fez:

Mas para o país não ficar sem uma Lei Geral, Getúlio Vargas convidou um amigo seu, o advogado FRANCISCO CAMPOS para fazer uma CONSTITUIÇÃO para o Brasil. Ele se fechou em sua biblioteca, pegou a CONSTITUIÇÃO da Polônia, que na época era capitalista e fascista também, e copiou quase tudo de lá.

Em pouco tempo estava pronta a nova CONSTITUIÇÃO e, pela forma como foi feita, ficou conhecida como a "Polaca".

A quem representava:

Essa nova Constituição, representava os interesses do Ditador Getúlio Vargas, que queria seguir o exemplo dos outros ditadores da Europa. Mas refletia a situação econômica e política da sociedade brasileira: as classes dominantes, a nascente burguesia industrial e a oligarquia rural, assustadas com o progresso do movimento popular e das idéias de maior liberdade e democracia, e mesmo com a propaganda da revolução socialista da União Soviética, resolveram adotar o regime fascista, de completa repressão à população e aos direitos civis, como último recurso para se manter no poder.

(Continua no próximo número.)

PUBLICAÇÕES DO CEDI

Poesia Profecia Magia (Rubem Alves).....	Cr\$ 20.000
Creio na Ressurreição do Corpo (Rubem Alves).....	Cr\$ 20.000
Poetas do Araguaia.....	Cr\$ 20.000
Batismo Eucaristia Ministério.....	Cr\$ 15.000
Varal de Lembranças (Histórias da Rocinha).....	Cr\$ 30.000
Discussão sobre a Igreja (Zwinglio M. Dias).....	Cr\$ 15.000
Salvação Hoje (Mortimer Arias).....	Cr\$ 15.000
Liberdade e Fé (R. Alves e outros).....	Cr\$ 15.000
Profeta da Unidade (Júlio Andrade Ferreira).....	Cr\$ 15.000
Celebração da Vida (John Poulton).....	Cr\$ 15.000
Missão e Evangelização — suplemento 28.....	Cr\$ 15.000
Missão e Evangelização: Uma afirmação ecumênica (CMI)	Cr\$ 10.000
Imagens da Vida (espanhol).....	Cr\$ 10.000
Protestantismo e Polícia — suplemento 29.....	Cr\$ 10.000
Ideologia e Fé (André Dumas).....	Cr\$ 10.000
Estudos Bíblicos de um Lavrador.....	Cr\$ 10.000
Chamados a dar testemunho hoje.....	Cr\$ 10.000
Jesus Cristo a Vida do Mundo.....	Cr\$ 25.000
Missa da Terra sem Males.....	Cr\$ 50.000
De Dentro do Furacão (Richard Shaull).....	Cr\$ 30.000
O Vaticano e o Governo Reagan (Ana Maria Ezcurra) (CDHAL)	Cr\$ 30.000



Faça seu pedido através de cheque nominal para o CEDI Av. Higienópolis, 983 — CEP 01238 — São Paulo-SP

Os planos da sociedade civil para ter espaço na Constituinte

Depois da efetivação do Congresso Constituinte, todos os setores da sociedade civil, mobilizados em favor dos interesses populares na nova Constituição, voltam-se, agora, para a busca dos espaços possíveis. Registram-se, assim, neste início de ano, mobilizações as mais diversas, indo dos organismos de direitos humanos aos movimentos feministas, negros, sindicais, indígenas, homossexuais, entre outros. A iniciativa mais articulada é a do Plenário Nacional Pró-Participação Popular na Constituinte. Em reunião no Rio de Janeiro, dias 7 e 8 de dezembro passado, com representantes de 11 estados e 49 entidades, o Plenário aprovou iniciativas nacionais e regionais de mobilização para este ano.

Já está circulando, em todo o País, um manifesto/abaixo-assinado a ser levado a Brasília nos dias 11 e 12 de março próximo, na reabertura dos trabalhos congressuais, exigindo, como pré-condição à eleição do Congresso Constituinte, que o Legislativo revogue toda a legislação autoritária em vigor, modifique a proporcionalidade dos votos na próxima eleição, defina prazo de, no máximo, um ano, para a elaboração da nova Carta e coíba o abuso do poder econômico nas campanhas eleitorais. O documento contém, depois, o compromisso dos que o assinam em somente votar em candidatos que assumam a incorporação, na Constituição, dos direitos econômicos, sociais e políticos da maioria dos brasileiros e que não abusem do poder econômico em suas campanhas. Exige, ainda, que seja negado poder constituinte aos senadores biônicos e que sejam submetidas a referendo popular as propostas que, embora aprovadas, tenham tido pelo menos 1/3 dos votos contrários à sua aprovação; as propostas que, mesmo rejeitadas, tenham tido 1/3 dos votos favoráveis e a própria Constituição, no seu todo, como forma de comprometimento de toda a Nação na sua defesa, enquanto Lei Magna do país.

PRERROGATIVAS

A segunda decisão do Plenário foi a de constituir um grupo de trabalho para ver as possibilidades de aproveitar a emenda constitucional sobre as prerrogativas do Congresso para introduzir estes pontos: revisão da proporcionali-

dade dos estados e das categorias sociais, revogação do entulho autoritário, referendo quanto às propostas que tenham 1/3 de votos contrários ou favoráveis e à Constituição como um todo, fixação de prazo para elaboração da Constituição, impedimento dos senadores constituintes biônicos, limitação do abuso do poder econômico nas campanhas eleitorais, rádio e tevê gratuitos nas campanhas eleitorais, mecanismos de controle da vinculação dos compromissos assumidos pelos candidatos e sua prática, além da criação de conselhos consultivos municipais. O grupo será coordenado por São Paulo e terá a participação de parlamentares.

Outro grupo de trabalho estudará a possibilidade de propor uma ação popular contra os biônicos — ou “constituintes penetras” — a ser apresentada dia 17 de fevereiro próximo, coordenada pelo Rio, com apoio da OAB. Paralelamente, começam a ser recolhidas sugestões para um programa mínimo do Plenário sobre os pontos básicos a serem introduzidos na nova Carta. Se sair, o programa será proposto aos candidatos, com assinatura de um termo de compromisso. O texto deverá ser aprovado nos dias 5 e 6 de maio, no Rio. A proposta vai mais longe: o programa deverá servir para a preparação de um anteprojeto de texto constitucional com as propostas populares e o

prazo, para isto, é o dia 15 de outubro.

Duas outras iniciativas nacionais foram aprovadas: uma comissão especial tentará obter unidade de posicionamento dos partidos e entidades da sociedade civil em torno das eleições diretas para a Presidência da República e outro contato específico será feito com o magistério dos três graus para que o tema “Constituinte” seja debatido nas aulas.

Em termos de cronograma, foi aprovado este calendário: **fevereiro** — início da publicação do boletim nacional do Plenário; apresentação da ação popular contra os “constituintes penetras”. **Março** — término do trabalho do grupo encarregado das emendas a agregar à emenda das prerrogativas (dia 10); caravana a Brasília para apresentar ao Congresso o manifesto/abaixo-assinado (11 e 12); reunião nacional do Plenário, em Brasília, para debater o programa mínimo e a proposta de canais entre as sugestões populares e o Congresso Constituinte (13). **Mai**o — Reunião nacional do Plenário, no Rio de Janeiro, para discutir a proposta definitiva de programa mínimo (25 e 26). **Setembro** — Reunião nacional do plenário, em São Paulo (20 e 21) e **outubro** — O dia 15 como data limite para completar a formulação de um primeiro anteprojeto de Constituição com as propostas populares. (DA)

Assine tempo e presença

Revista Mensal
Tempo e Presença

Assinatura anual:

Cr\$ 50.000

América Latina: US\$30
América do Norte: US\$ 40
Europa, África e Ásia: US\$ 45

Boletim Semanal
Aconteceu

Assinatura anual:

Cr\$ 30.000

América Latina: US\$50
América do Norte: US\$65
Europa, África e Ásia: US\$ 75

Nome: _____

Endereço: _____

Cidade: _____ CEP: _____ Est.: _____

Telefone: _____ Profissão: _____ Idade: _____

Faça sua assinatura através de cheque nominal para o CEDI —

Centro Ecumênico de Documentação e Informação — Av.

Higienópolis, 983 — 01238 — São Paulo — SP.

Nasce em Porto Alegre uma Pastoral Ecumênica de Periferia

"... Temos descoberto que a humilhação sofrida deixa cicatrizes. Vemos no povo, cicatrizes de derrotas, de angústia, de desânimo; e opressão de irmão pobre contra pobre... Vemos Deus humilhado, quando as estruturas eclesiais e clérigos arrancam a Bíblia das mãos do povo. Apesar disso temos aprendido que a leitura popular da Bíblia, entre a comunidade organizada e engajada, mostra a força do Espírito iluminando a fé e a vida..."

Estas reflexões integram a "Declaração de Princípios Básicos da Pastoral Ecumênica de Periferia", documento que define uma proposta inédita, no Brasil, de ação pastoral protestante junto às camadas pobres que vivem na periferia de grandes cidades gaúchas. Participação do projeto — que será implantado já neste ano — as Igrejas Metodista, Episcopal e Luterana (IECLB),

autoras da proposta de ação ecumênica.

O objetivo da realização é promover uma ação conjunta dessas igrejas, para responder de forma mais eficiente aos desafios que se oferecem ao trabalho pastoral pela emancipação dos despossuídos e injustiçados da sociedade. E foi definido em três seminários realizados em 1985, com participação e assessoramento do Programa de Assessoria à Pastoral Protestante (PP), do CEDI. Desses encontros saíram os subsídios transformados pelas autoridades eclesiais nos princípios básicos do programa.

O Núcleo Sul da PP/CEDI atua já há vários anos no Rio Grande do Sul. Junto a esse trabalho, surgiram contatos mais sistemáticos entre o bispo Isac Alberto Aço, da 2ª Região Eclesiástica da Igreja Metodista, o bispo Claudio Vinicius de Senna Gastal, da Diocese



Celebração ecumênica por pastores das três igrejas.

Meridional da Igreja Episcopal do Brasil, e o pastor regional da 4ª Região Eclesiástica da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil, P. Humberto Kirchheim.

Aprofundados em fins de 1984, esses contatos propiciaram aos dirigentes das três igrejas a avaliação das próprias ações pastorais e suas necessidades, bem como a avaliação da capacidade do próprio Núcleo. Por solicitação das direções eclesiais foi iniciada a elaboração de um projeto chamado "Formação de Quadros para uma Pastoral Ecumênica de Periferia". Esse programa foi desenvolvido em 1985, através dos três seminários. Um dos seus enfoques mais importantes foi a preparação dos obreiros que deverão atuar na nova Pastoral, uma vez que não existem ações semelhantes que possam servir de referência ou orientação.

Deus e os pobres

O documento ressalta que o culto ao verdadeiro Deus é o ponto central "em nossa fé"; destaca a revelação de Deus em Jesus Cristo e acentua a encarnação do Messias entre os pobres: "Seu ministério desenvolveu-se profundamente entre os pobres, na periférica e revoltada Galiléia".

A seguir destaca o valor do ecumenismo nas periferias, como "uma necessidade da luta para viver melhor". Enaltece o papel dos cristãos engajados na denúncia das causas da opressão, e afirma ser vontade de Deus que, como profetas, os cristãos se introduzam na sociedade, ao lado dos oprimidos. Nesse tópico, aponta a dívida externa e as ingerên-

cias do FMI na economia nacional como os "maiores responsáveis pela crise econômica que, de forma im pessoal, mata o povo de fome".

Após ressaltar a importância fundamental da coerência entre prática e pregação, o documento estabelece os compromissos concretos da pastoral ecumênica com a libertação do povo. Diante da política e da economia, propõe a busca do fortalecimento do pleno exercício da cidadania, através da luta por direitos materiais como: moradia, educação, alimentação, previdência, emprego. Em relação aos direitos legais defende a liberdade de manifestação de pensamento, a livre organização política e sindical e a efetiva participação e

controle dos órgãos públicos. Com relação à ideologia dominante, o documento propõe que as pessoas estejam capacitadas para perceber sua influência sobre si próprias, no povo, nas igrejas e na sociedade.

Estão definidos, também, os compromissos concretos já assumidos para a implantação da Pastoral de Periferia: Foram indicados os bairros de São Leopoldo (comunidade episcopal e luterana); Canoas (atuação das três igrejas); Viamão e Pelotas (onde a proposta é iniciar os contatos locais); Uruguaiana (onde a partir do trabalho de base da Igreja Metodista, as autoridades eclesiais propõem o apoio mútuo das igrejas locais).



Visita a uma comunidade de periferia.

O primeiro seminário foi realizado em junho e reuniu cerca de 60 participantes. Voltado para a formação dos obreiros, ele promoveu um amplo levantamento e análise da conjuntura sócio-política e eclesiástica. Seus participantes, membros das três Igrejas, vinham de realidades com pontos convergentes e também opostos. Esse encontro serviu de preparação para o segundo seminário.

Promovido em setembro, este constituiu-se num mergulho atento e consciente na prática eclesial de Periferia. Foi então que se teve um retrato vivo da novidade e originalidade dessa experiência. Pela primeira vez os obreiros viram pessoas da periferia reunidas em torno de um forno comunitário fazendo pão para suas famílias e, na espera da fornada, lendo a Bíblia e discutindo carências da vila onde moram; vi-

ram as igrejas locais abrirem suas portas para reuniões de moradores; a lama e o lixo da frente das casas serviram de motivação para a luta por melhores condições de vida.

A novidade foi rica em detalhes. A partir deste segundo encontro, os obreiros conseguiram sintetizar propostas de organização e atuação de uma Pastoral de Periferia. A opção adotada foi partir-se da realidade a que se pretende servir e aí desenvolver-se uma proposta ecumênica entre as Igrejas presentes nas áreas e comprometidas com o projeto. Responder à intenção geral de trabalhar com a periferia. Os participantes do seminário visitaram e avaliaram trabalhos pastorais de Canoas, São Leopoldo, Alvorada e Porto Alegre.

O terceiro encontro, realizado em novembro, amadureceu as observações anteriores e estabeleceu alguns compromissos de prática pastoral. O grupo forneceu os elementos básicos para que as autoridades eclesiásticas formulassem o documento chamado "Princípios Básicos de uma Pastoral Ecumênica de Periferia", que orientará a ação concreta deste grupo durante 1986.



MEMÓRIA: PARA OS LEITORES DAS PUBLICAÇÕES DO CEDI

O Programa de Documentação elaborou uma bibliografia completa sobre todas as publicações editadas pelo CEDI até hoje. A primeira dessas bibliografias foi o **Memória 6 - Publicações do CEDI - 1965/1983**; a segunda foi o **Memória 9**, que abarcou o período 1983/1984 e estamos lançando agora a terceira, **Memória 11**, cobrindo o período 1984/1985.

Para você assinante antigo, estes **Memórias** podem ser extremamente úteis, pois facilitam a consulta de suas coleções, por tema e autor.

Para os novos assinantes, será um recurso ágil para solicitação de artigos publicados antes da assinatura de nossas publicações. Esses **Memórias** indicarão em que volume, número e página, de que publicação, encontra-se a matéria que você procura.

O preço de cada volume do **Memória** é de Cr\$ 15.000. O pacote com os três números custa Cr\$ 35.000. Preço de cada **Memória** para o exterior: US\$ 8,00.

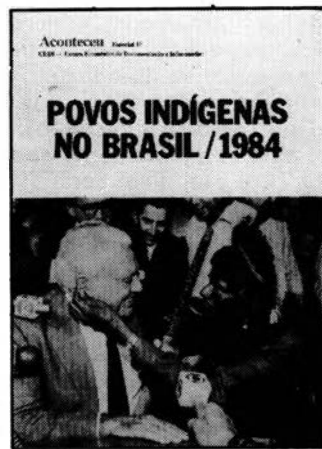
Envie seu pedido, acompanhado de cheque nominal, para o CEDI - Centro Ecumênico de Documentação e Informação - Rua Cosme Velho, 98 - Fundos - CEP: 22241 - Rio de Janeiro - RJ.

Aconteceu Especial 15

POVOS INDÍGENAS NO BRASIL/ 1984

Uma leitura indispensável para todos que apóiam a luta dos povos indígenas por direitos permanentes.

Notícias sobre 165 povos.
23 comentários assinados,
21 mapas,
26 quadros e 90 fotos.
Fontes diretas e
mais 55 jornais.



332 páginas
Cr\$ 55.000

Faça seu pedido através de cheque nominal para o CEDI (Av. Higienópolis, 983. CEP: 01238 — São Paulo — SP).

Das tripas, coração!

Evaldo Luis Pauly

Texto baseado em meditação oral sobre Marcos (1.40-45) na abertura do 3º Seminário de Pastoral de Periferia em Porto Alegre. O encontro, promovido pelas igrejas Metodista, Episcopal do Brasil e Evangélica de Confissão Luterana no Brasil, foi realizado nos dias 23 e 24 de novembro, com assessoria do Núcleo-Sul do Programa de Assessoria à Pastoral Protestante, do CEDI.

Um milagre de Jesus deve ter muito a contribuir para nós que vivemos num contexto de milagre: a periferia. A periferia é fruto do "milagre brasileiro", especialmente aqui no Sul, depois do "milagre da soja". Um leproso, — dos muitos que vivem à margem da sociedade —, se aproxima e desencadeia toda a cena. Há um certo suspense no texto; o mesmo suspense que surge quando alguém da periferia se aproxima dos grandes centros. Quando os pobres se aproximam não se sabe o que acontecerá. Este leproso, reverente, apela ao **querer** de Jesus. Reconhece que o poder de Jesus vem depois do querer. Este leproso se parece com qualquer pobre de nossas periferias. Ele emprega uma velha técnica para conseguir a benevolência dos poderosos. É preciso aproximar-se, vencer a distância que o separa do poder, e invocar, com sutileza, o sentimento de superioridade do rico (por isso a reverência). E, a seguir, explora o sentimento de culpa: se queres, podes... Dando a impressão de que sua vida está completamente nas mãos do poderoso. Há uma certa "malandragem" no leproso.

A resposta de Jesus não menciona a fé do leproso. Sua resposta é litúrgica: sentimento, gesto, palavra. A profunda compaixão de Jesus não difere da atitude normal de qualquer poderoso diante do clamor do impotente. Caridade e assistência social são práticas comuns no Templo de Jerusalém e entre o povo. Jesus, no entanto, vai além: toca o doente. Usa as mãos, antes da fala. Mãos que simbolizam a práxis. Mãos que os judeus constantemente lavam, pois também simbolizam sujeira, prática suja. As mãos de Jesus se

misturam com a impureza do leproso. A maior chaga que as mãos de Jesus tocaram, no entanto, não foram as do leproso, foram as chagas das idéias e ideologia dominantes. A discriminação dos considerados leproso era parte importante da ideologia, imposta pela classe dominante na época, que através disso lucrava imensamente (Levítico 13 e 14).

O MILAGRE ACONTECE

Querer é poder. Aí o milagre de Jesus. **Disso só Jesus é capaz.** As pregações protestantes que insistem em força de caráter, boa vontade para vencer os males do mundo, não passam de racionalização ideológica. "Quem quer, tem o poder de controlar o vício; quem quer, pode subir na vida pois as chances são iguais..." **Querer é poder só em nosso Senhor.** O seu querer, seu desejo nascido de profunda compaixão, poderosamente transforma a realidade. Mas é o desejo **dele**, o Filho de Davi, o Messias oculto. Esse desejo, portanto, pertence a um indivíduo que encarna toda a ânsia de libertação que, à sua maneira, o povo colocava sobre o Messias. É mais do que desejo de um indivíduo. É de certa forma, um querer coletivo, brotado da profundidade.

As massas da periferia urbana estão se aproximando das igrejas e clamando reverentes. Teremos nós, parte das "malditas estruturas eclesiais", a coragem de ouvi-las? Continuaremos na crítica simplória a uma estrutura da qual o povo se aproxima? Jesus ouve o leproso. Os dois conversam sobre o querer: se tu queres... eu quero... Ouvindo o outro, Jesus se compadece. Do diálogo brota a ação. Não será esse o segredo do Messias Libertador?

Depois da ação poderosa, vem o ensino de Jesus. Um ensino que contradiz radicalmente a sua prática. Manda obedecer à lei de Moisés, que acaba de romper na ação de tocar o impuro.

A exigência de clareza ideológica e conseqüente postura revolucionária vai pelos ares. Neste milagre, prática e teoria se contradizem, e nas mãos e boca de Jesus. A pastoral de periferia vive nessa contradição também. Um exemplo bem simples e muito comum:

numa vila, como sempre, ocorreu uma invasão de propriedade. Os moradores, na prática, desrespeitaram uma teoria da nossa sociedade. Logo que conseguiram um mínimo de organização, de compreensão teórica da situação vivida, lutaram com muita perseverança pelo direito à propriedade, anteriormente desrespeitado pelo próprio grupo.

Na seqüência, o leproso, reforçando a impressão de que é um experiente malandro, não obedece a Jesus. Muito menos à lei de Moisés, o que certamente é mais grave. Jesus não pode entrar publicamente nas cidades. No fim do relato, Jesus troca de lugar com o leproso. Este que vivia nas periferias, busca o encontro com Jesus e, milagrosamente, reingressa na cidade. Pela festa que faz, na verdade, assenhora-se da cidade. Jesus, ao contrário sai dali e passa a viver pelos "lugares ermos", a esconder-se. No entanto, o povo vai ter com ele. Sabe onde é o esconderijo.

Uma ação de Jesus que desencadeia tantas conseqüências sociais, inicia-se com o querer, o desejo. Na periferia, mais que em outro lugar, trabalhamos com pessoas massacradas em seus desejos. Há despejos nas vilas, mas poucos desejos. Ouvir esses desejos oprimidos é uma condição para a ação pastoral de periferia. A relação afetiva entre Jesus e o leproso, passa pela profundidade do desejo... Todo esse milagre faz uma troca, inverte valores sociais. A oposição entre lugares ermos e cidade, periferia e centro, é invertida. Da periferia vem o clamor que é ouvido e respondido; com isso a periferia ganha o centro e, em conseqüência, o centro do Evangelho desloca-se da cidade para a periferia. A oposição entre puro e impuro também se inverte. Na pastoral de periferia não estamos vivendo o mesmo milagre? Fazendo da periferia o centro da ação pastoral. Ou como diz a sabedoria popular: uma pastoral que faz das tripas, coração!

Evaldo Luis Pauly é estudante de teologia, luterano e colabora com o Programa de Assessoria à Pastoral Protestante no Rio Grande do Sul.

Quantas vidas eu tivesse tantas eu daria

"Tirar da memória coisas acontecidas há muito tempo e trazê-las de volta, nem sempre é tarefa fácil. Significa reviver as dificuldades, mas ao mesmo tempo se abrir à realidade, procurando respostas adequadas ao apelo que Deus, na vida do povo, faz hoje."

Este é o relato/testemunho de Nenuca em seu livro: "Quantas vidas eu tivesse, tantas eu daria".

Nenuca, mulher forte, profundamente religiosa e inquieta, nascida no Uruguai e radicada no Brasil há 31 anos, comprometida com o povo oprimido, particularmente com aqueles que vivem pelas ruas das grandes cidades, apresenta uma pequena história da Igreja do Centro da Cidade, onde junto a um reduzido grupo consagrou sua vida e descobriu, a partir da encarnação no meio deste povo, que seu grito pela Justiça é o mesmo de milhões de operários, lavradores, índios, negros.

Sua história inicia-se com a percepção dos SINAIS DE DEUS — o apelo para uma vida **como** e **entre** os pobres que leva pessoas a se organizarem, formarem comunidades, a fim de concretizarem seus intentos. Nenuca tinha consciência de que o chamado de Deus não é isolado; a forma de colocá-lo na prática é que tem variações.

Nenuca relata: "O desafio de viver **como** e **entre** os pobres, a princípio parece irrealizável. Mas o grupo coloca-se aberto diante do "SENHOR DO IMPOSSÍVEL" e deixa Deus agir em seu meio. Nada é "mérito pessoal nosso; somos instrumentos nas mãos de Deus".

A regra de São Bento: "Ora et labora" — apresenta-se como forma de "contemplar a Deus, estar atento à sua Palavra para fazer o que Ele nos mostra, respondendo com obras às Suas santas exortações. Surge o grupo das Oblatas Beneditinas que entra para a Escola do Senhor onde as ruas e fábricas são as salas de aula e os pobres, educadores.

O grupo se estrutura. Diante das necessidades sentidas organizam-se alguns serviços. Mas as inquietações nunca param. As estruturas institucionais dão segurança, mas ao mesmo tempo geram insatisfações. Criam um círculo viciado e viciante. Rompê-lo exige a prudência de uma pomba e a astúcia de uma serpente.

São os tempos confusos onde acontecem separações, buscas, incertezas e, como por ironia, também tempo de discernimento. Descobre-se que o caminho é estar aberto a Deus, à vida e ao povo, sem querer enquadrá-lo na forma de pensar do grupo, e procurar suas esperanças e expectativas.

As Oblatas fazem uma opção de vida, neste tempo: **ABRIR ESPAÇO NA IGREJA DE SÃO PAULO PARA O POVO DA RUA** e se engajar na caminhada da arquidiocese.

Esta é a pequena história que Nenuca se propõe a relatar. Do leito de um hospital ou da cama de sua casa, convida o leitor para caminhar pelas ruas de São Paulo, Recife, a fim de reviver com ela a caminhada do grupo das Oblatas, da Organização de Auxílio Fraterno (OAF), até chegar à formação de comunidades eclesiais de base com o povo



da rua, onde foi preciso de toda teimosia e um pouco da irracionalidade da fé.

É quase impossível iniciar a leitura e parar. A maneira simples de contar a história cativa o leitor, provocando-lhe o gosto pela vida, justamente ela que se encontrava impossibilitada de se "movimentar" e "trabalhar".

Nenuca nasceu no Uruguai, em primeiro de junho de 1928 e faleceu em São Paulo, a 18 de dezembro de 1984. Foi uma das fundadoras da OAF — Organização de Auxílio Fraterno, criada em 1954, para assistir às pessoas que vivem nas ruas da cidade. Atingida por um câncer no seio, que depois atacou-lhe os ossos, Nenuca passou seu último ano de vida imobilizada. Foi nesse período que escreveu o livro.

Pentecostais no Brasil: uma interpretação sócio-religiosa



Creio podermos afirmar sem risco que Francisco Cartaxo Rolim é quem mais entende de Pentecostalismo nestes nossos espaços brasileiros. E, convenhamos que entender Pentecostalismo no Brasil não é tarefa muito fácil dadas as múltiplas facetas de tal fato religioso que se entranha nos diversos grupos atuantes por aqui. "PENTECOSTALISMO: UMA INTERPRETAÇÃO SÓCIO-RELIGIOSA" (Editora Vozes) equivale a um curso ao qual se obrigam todos os

que pretendam conhecer bem o Protestantismo Brasileiro, particularmente os Pentecostais. E mais especificamente poder avaliar o fenômeno das migrações, da urbanização ou, neste caso, a desruralização de áreas rurais interpenetradas por grupos religiosos díspares mas animados por uma espécie de veia central que é o que chamamos Pentecostalismo. Que não é apenas necessário conhecer os Pentecostais, antes o fenômeno do Pentecostalismo. E isso

o professor Rolim ensina e transmite com características de mestre e escritor. O seu texto (260 p.) é ao mesmo tempo um sério livro didático e uma agradável prosa, quase romance, que se devora e assimila. Acresce ainda que Rolim, por ser católico, pôde dar-nos uma visão científica e desapaixonada do analista não envolvido por "descobertas" apriorísticas, mas que nos induz, com paciência e segurança, a penetrar no mundo fantástico do fenômeno religioso.

ACONTECEU ESPECIAL

Trabalhadores rurais 1980	Cr\$ 10.000
Trabalhadores urbanos 1980	Cr\$ 10.000
Trabalhador urbano 1981	Cr\$ 10.000
Trabalhador rural 1981	Cr\$ 10.000
FIAT 1981	Cr\$ 10.000
Povos indígenas no Brasil 81	Cr\$ 15.000
Povos Indígenas no Brasil 82	Cr\$ 15.000
Povos Indígenas no Brasil 83	Cr\$ 30.000
Povos Indígenas no Brasil 84	Cr\$ 55.000

Faça seu pedido através de cheque nominal para o CEDI
(Av. Higienópolis, 983, CEP 01238 - São Paulo - SP.)

A MORTE DE NATIVO NATIVIDADE

1.

Aqui o sonho de um homem se encerra a tiro.
Entre verdes e secas de campos e cerrados
do "Mato Grosso de Goiás"
a vida incerta de quem deseja a terra
se apressa a bala, em nome da paz,
e a cova rasa onde mais cedo dorme
quem nasceu com a sina de lutar
é toda a terra que o justo arranca
dos "donos do lugar".

2.

Mansa essa terra, amiga, obreira
abriga o morto entre escombros.
Marrom, macia ela trabalha o homem
e apodrece o corpo, não o sonho.

3.

Os becos da noite são bons para a morte,
por isso essa é sua hora.
Os jagunços chegam bêbados e atiram:
"Viu? Foi ali na bucha... o bicho caiu duro".
Passam na zona e voltam à casa do
"mandante":
"Missão cumprida, doutor, tá feito,
esse já não atrapalha mais agora".
Depois recebem a paga: trinta moedas. Caro
ofício,
resolver com a morte do justo
o dilema difícil da injustiça.
O que "mandou" paga e faz as contas:
"Foi caro mas valeu. Assim essa gatinha
aprende".
E dorme. Foi tudo tão depressa... de repente.

4.

A lua de Goiás brilha no espelho do capim.
Terras de que a usura expulsa o povo,
ali onde manso pasta o boi, senhor dos campos.
Desertos de um pasto aberto a sangue.

5.

Nativo Natividade, nomezinho de brinquedo,
jogo roceiro de palavras, lavrador silenciado.
Quem pensaria assassinar um homem
que no nome assina o sinal da vida em flor?
cheiros de índio: Nativo, de mulher: Maria,
de um surto de fé menina: Natividade.
Palavras que dizia: comida, terra, amor, justiça
liberdade, companheiros, caminho... caminhada.
Por isso foi morto, a resposta veio armada.

6.

Dorme. Mas é frágil o sono do "mandante",
carrasco que não mancha a mão com a morte
(o que fazia quando ela veio sorradeira
e arrancou da vida um lavrador, pastor,
profeta?)
"Eles estão por toda a parte", pensa, e tem
razão.
Os justos são pobres, mas são inumeráveis
e da morte de Nativo nascem aqueles
que hão de herdar a terra e a Terra.
Natividade? renascemos todo o dia.
Reforma Agrária? Cremos na que fazemos
com nossos gritos e o gesto mil das mãos.
A terra é nossa vida, por isso a luta.
Famintos e magros somos fortes. Incontáveis
companheiros de Nativo, seus irmãos.

Carlos Rodrigues Brandão
Cidade de Goiás, Tianguá
outubro/novembro de 1985